Ata Reunião Ordinária d 24 de Maio de 2017

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Juiz de Fora-MG realizada em 24 de Maio de 2017 (quarta-feira) em primeira chamada às 18h3 segunda chamada às 18h45min, em terceira e última chamada às 19h00min na sede do Conselh al de Saúde, sito à Rua Batista de Oliveira, 239 sala 402 - Centro, Juiz Fora. Tendo como pauta os s assuntos: 1) Verificação do Quorum e Abertura da reunião. 2) Discussão e deliberação das atas d /02, 22 e 23/03, 04/04/17 e 26/04/17. 3) Abertura da palavra ao público. 4) Discussão e deliberação rias: 4.1) - Resolução 441/2015 - Prorrogação prazo "Dispõe sobre a Jornada de Trabalho dos P s de ESF, lotados na Região do Campo". Propositor/Expositor: Thiago Horta - Subsecretário ão Primária a Saúde/SS. 4.2) - Metodologia para elaboração do Plano Plurianual. Propositor/Exposi eth Jucá e Mello Jacometti - Secretária de Saúde. 4.3) - Informe sobre visitas às Residências cas instituída pela Portaria Municipal nº 2666 de 03/01/17, alterada Portaria 2672 de 14/01/17. Prop positor: Regina Célia de Souza - Presidente do CMS/JF. 5) Informes: 5.1) - Mesa Diretora. 5.2) - Secretaria Executiva. 5.3) - Ouvidoria. 5.4) - Comissão de Recursos e outras. **Deliberações CMS 24/05/17: 1) Aprovadas atas: 22/02/17, 23/02/17, 22/03/17, 23/03/17, 04/04/17 e 26/04/17. 2) Aprovadas inclusões de pauta: 2.1) Regimentos da 8ª Conferência Municipal de Saúde, regimentos da 1ª Conferência de Saúde da Mulher, regimentos da 1ª Conferência de Vigilância em Saúde. Resolução 475/17. Regimento das Conferências (conhecimento); errata edital (alteração datas) (conhecimento); programação (conhecimento). 2.2) Estratégia de Regionalização da Assistência Farmacêutica (ERAF) e as normas de financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF). Totalmente centralizada no município (TCM) rediscussão. 2.3) Contrato com à Associação dos Cegos aprovação pelo CMS. 3) Resolução 441/2015. Programação prazo "Dispõe sobre a Jornada de Trabalho dos Profissionais da ESF, lotados na Região do Campo". Propositor/Expositor: Thiago Horta - SSAPS. Solicitada supressão da discussão, considerando a necessidade de discussão com a SARH/PGM/SS, bem como destacar que os efeitos da resolução 441/2015 cessaram em janeiro/2016. Não havendo rediscussão no pleno do CMS. Deliberando o pleno por não revalidar o contido na resolução 441/2015. Perdendo sua efetividade por decurso de prazo. Não tendo o CMS, à luz da legislação como estabelecer jornada de trabalho diferente da definida pela Legislação Municipal, Estadual e Federal. 4) Aprovada à adesão do município à Estratégia de Regionalização da Assistência Farmacêutica (ERAF) e às normas de financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) totalmente centralizada no município (TCM), considerando o pedido de reconsideração da SS/PFJ pelo ofício 111 de 24/05/17 - da decisão tomada em 23/02/17 - conforme resolução 470/17. Revogando a resolução 470/17. Resolução 467/17. 4.1) Avaliação mensal pelo CMS/SS; referente ao repasse financeiro pelo Estado, conforme CIB 2416/17-11-16; e resolução SES/MG 5712 de 02/05/17; por um período de seis meses. 4.2) Encaminhar ofício aos Deputados por Juiz de Fora (Estadual) e a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, para acompanharem o comportamento da Política de Regionalização da Assistência Farmacêutica. 4.3) Oficiar ao Presidente do COSEM-Regional (Lúcio) solicitando o monitoramento da política de regionalização da Assistência Farmacêutica. A Secretaria de Saúde editará matéria na página da PJF (Diário eletrônico) sobre a decisão pela adesão (ERAF). Aprovação por unânimidade: resolução 476/17 (24/05/17). 5) Contrato com Associação dos Cegos, aprovado contrato com a Associação dos Cegos. 5.1) Acrescentar legislação lei 8076/92 institui o Conselho Municipal de Saúde, lei complementar LC 141/12. 5.2) Substituir item 4.1 do contrato onde se lê: Imediatamente deverá fixar prazo. 5.3) Incluir no contrato, que o contratado deverá no prazo de 24 horas, comunicar a interrupção ou suspensão do(s) serviço(s) com os devidos motivos. Resolução 477/17 (24/05/17). 6) Jorge Ramos - renunciou à Comissão de Acompanhamento Contrato e Chamada Pública. Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Boa noite a todos. Havendo quorum regimental nós vamos dar início à reunião, eu vou colocar aqui a aprovação das atas do dia 22 e 23/02, 22 e 23/03, 04/04 e 26/04/17, quem concordar favor levantar o crachá. Contrários, abstenções: aprovado por unânimidade. Agora eu vou passar para o Jorge para ele fazer algumas justificativas e depois a gente dá continuidade. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Boa noite a todos e sejam bem vindos. Nós recebemos por parte da Secretária de Saúde Elizabeth Jucá no dia 12 um manifesto cumprimentando o Conselho pelos seus 25 anos, eu não vou ler Regina porque é extenso mais está aqui e nós vamos afixar depois. Presidente eu queria pedir inclusão de pauta, porque nós tivemos que adequar ao regimento das conferências, apresentar a proposta também de programação, a Secretaria de Saúde encaminhou os temas que ela gostaria de debater com a sociedade naquilo que toca a 8ª Conferência Municipal de Saúde especificamente, lembrando aos senhores que os eixos temáticos da Conferência de Saúde da Mulher e da Vigilância em Saúde já estão definidos pelo Conselho Nacional de Saúde, Conselho Estadual, então esse a gente não tem como trabalhar e mexer, então eu gostaria de pedir porque nós tivemos que adequar Mesa não só o regimento aquela proposta de regulamento, não fizemos alteração de mérito, apenas tivemos que incluir dado que nós estamos às portas da Conferência aí, e lembrando que as inscrições estão abertas e nós reservamos vagas para os

conselheiros, os conselhos regionais, conselheiro , então nós precisamos porque até o dia 2 nós estaremos encerrando as inscrições porque dai nã no mais a gente protelar. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Como o Jorge falou selheiros são membros natos desde que inscritos, e como nós prorrogamos porque era até o dia 19, seguinte nós estamos aceitando todo mundo que está chegando, quem chegar vai se inscrever e aí se inscrever não inscreveu. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Então eu e fazer uma inclusão, não é alteração de mérito e eu posso até ler e é muita coisa, o regimento da 8 ento da 1ª Conferência da Mulher, da 1ª Conferência de Vigilância em Saúde, o regulamen o cabe a esse plenário aprovar mais a gente gostaria de dar conhecimento, até porque o que c egulamento são os 12 eixos temáticos que a Secretaria encaminhou para nós, então eu acho q e dar ciência ao plenário. E aí Regina nós precisamos revogar a resolução 474 de 2017 que Dr. Gilson que convoca as conferências, e eu fiz uma nova resolução 475 para a gente revogar a 474 no seu inteiro teor ela perda a validade e a gente fazer uma inclusão da 475, nós tivemos também nesse mesmo momento publicar uma errata do edital que esse plenário já havia aprovado em função da alteração de datas, inclusive não só da realização da Conferência mais pelo prazo de inscrição, dar conhecimento do regulamento, conhecer a programação. A outra pauta inclusão é uma manifestação da Secretaria de Saúde com relação à Estratégia de Regionalização da Assistência Farmacêutica, uma rediscussão com o plenário, e o contrato a ser firmado com a Associação dos Cegos. O conselheiro William fez uma arguição, uma explicação dizendo que “A Mesa Diretora do Conselho e a Secretaria Executiva nessa segunda-feira dia 15 de maio de 2017, recebi pelo correio postagem de 10 de abril de 2017, toda documentação referente às reuniões de 26 e 27 de abril e também a reunião do dia 10 de maio de 2017, portanto a entrega dos documentos foi 35 dias após a postagem no correio, peço novamente abonar minhas faltas”, na realidade isso não é uma responsabilidade nossa, o correio parece que estava em greve aí teve todo esse entrevero aí, mas dizer que a postagem foi feita na mesma data para todos os conselheiros, agora teve região realmente que não recebeu então eu gostaria de colocar esse abono com a documentação. Justificar a ausência do Moisés na reunião de hoje dia 24 e 25, do Robson Ribeiro na reunião do dia 24/05, do Wilson César de Oliveira do SINSERPU na reunião do dia 24 e 25 viagem a Brasília e do Antônio Carlos de Santana viagem a São Paulo no dia 24 e 25. Juiz-foranos ingressam ato em Brasília, o Fórum dos Conselhos está pedindo para indicar um representante titular preferencialmente Presidente e a Regina já está participando, e nós precisamos tirar mais um representante suplente para o Fórum dos Conselhos usuário. E também o grupo de trabalho da estruturação do Centro Dia para Idosos, é um documento que nós recebemos do Rogério como Coordenador da Política para Idoso “Dessa forma convidamos este Conselho para compor o grupo de trabalho que estará estudando e planejando a implantação do Centro Dia para Idosos em nossa cidade em conformidade com o calendário”, então eles pedem que o Conselho indique dois representantes também, aí Regina tem que tirar, é aqui em Juiz de Fora é porque o Rogério assumiu a coordenação do idoso no Município de Juiz de Fora. Vai acontecer no dia 08 de junho, até então o Thiago vai falar sobre o Fórum Regional, um decreto do Executivo Municipal 12.968 que regulamenta o acesso à informação, quer dizer nós temos a lei de acesso à informação e o município agora editou um decreto regulamentando, e aí traz uma matéria na Tribuna que a Prefeitura vai classificar informações que estarão sobre sigilo. Registrar que recebemos um ofício da Deputada Margarida Salomão no dia 10 de março, onde ela já encaminhou aproximadamente R$ 6.174.301,30 de emendas parlamentares destinadas principalmente a área da saúde, também do Deputado Isauro Calais aquela deliberação que o Conselho fez com relação ao terreno ao lado da escola no Progresso, e o Isauro entrou com um projeto de lei fazendo com que esse terreno se torne não objeto de cessão, mas que seja um projeto de lei que fique em definitivo com o município. E hoje nós estávamos olhando Thiago, Beth, Mariano, senhores Subsecretários, lei 22.057 de 12 de abril de 2016, eu não sei se isso é bom ou se é ruim, ela proíbe a inauguração e a entrega de obra pública e estadual incompleta e que embora concluída não esteja em condições de atender a população, e o Governador fez alguns vetos e os vetos foram derrubados, e um dos artigos trata justamente de um problema que a gente vive porque não é só o tijolo, não é só o equipamento, mas não se faz saúde sem recursos humanos, e aí está aqui se você não tiver os recursos humanos e o médico se não tiver equipe completa a lei veda. O Ministério Público e Ação Civil contra a Santa Casa, Prefeitura e Estado, é com relação a neurocirurgia. Eu queria fazer um pedido Regina e aí está lá na sua região, Furtado, Olavo Costa, Vila Ideal, Retiro e Jardim Esperança, não mandaram o calendário de reunião mensal do Conselho, e aí a gente precisa fornecer para Assessoria de Comunicação parece que é em função até do Projeto Travessia mais eu não sei, porque me parece que a comunicação está pedindo aqui “Assessoria de Comunicação da Saúde. Boa noite. Gostaria de saber onde consigo o endereço e o dia de semana que ocorre a reunião do Conselho Local de cada um dos bairros da região sudeste?”, aí Retiro e Jardim Esperança estão dentro da sudeste que começa alí Furtado, Olavo Costa, Vila Ideal, Retiro e Jardim Esperança, eu não tenho esses calendários aqui. A SUPREMA, eu não sei como que é o critério Cosme, mas eles pedem para substituir em função de ausência de três faltas. Mas lá quando o suplente não vai e o efetivo vai, lá não cobre? Igual aqui,

se o suplente vier cobre a ausência do efetivo, aí a MA no Comitê de Ética está pedindo a substituição, isso que eu estranhei, o Siloé tem sic te e supre, mais o Conselho indica dois, então lá eles não tratam o efetivo e o suplente, são dois e , e cada um é cada um. Também o Comitê da Santa Casa está aqui pedindo um documento que naquele momento entrei para não deixar um vazio mais eu já pedi para substituir, eu não tenho de participar e já pedi para substituir. O IFET Sudeste, o IFET é onde funciona o CTU e também indo a representação do Conselho Municipal de Saúde no Comitê de Ética, e aqui nós recebemos io e não é um relatório que se discute, mas da participação dos nossos representantes no Comitê e Pesquisa e Seres Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora, e aí estão aqui os períod iões. Regina eu queria aproveitar se a gente pudesse até para ganhar tempo, já fazer um enca to da questão do regimento das conferências porque não é coisa complicada, se pudesse, e Gu xe a título de informação. Eu me esqueci de manifestar que o Francisco ele confirmou que o recurso que a Santa Casa da emenda do Deputado Lafayette Andrada já foi depositada na conta da instituição R$ 400.000. Serei breve só mais um pouco de paciência, a programação ela já está aqui pré-definida que a gente reuniu a Comissão, como eu já disse os eixos da Mulher são fixos e já está objeto do regimento e são quatro eixos temáticos, os da Vigilância são oito, aí Beth são 12 temas que você colocou para a nossa Conferência Municipal que será objeto do dia 9 especificamente, e aí sujeito a crítica eu tentei casar alguns temas por cada composição de algumas mesas que nós vamos ter que sentar e ver, então tem o acesso ao serviço de saúde com qualidade, acolhimento, SUS legal e a participação da comunidade, judicialização da saúde, plano diretor de atenção primária e regionalização, aí a gente dá uma pausa para o almoço e depois volta do almoço, tem o debate a Mesa Saúde da Mulher e a Saúde do Homem, mortalidade materna e infantil, código sanitário com vista ao código de saúde, educação em saúde, redes prioritárias saúde da mulher, saúde mental, hipertensão, diabetes e idosos, política redução de danos, na plenária final será no domingo então a gente vai ter o momento de votar aquelas propostas que estarão indo para a Conferência Estadual e Nacional. Resolução 475 senhores não houve alteração do mérito, o que a gente alterou na resolução e revogar a 474 é o artigo 1º com relação às datas que seria no dia 31 e passamos para o dia 08, isso é o que a gente mudou com relação à Conferência Municipal a convocação da Conferência, aí Beth se você pudesse ler e assinar porque a Regina já assinou, então estamos revogando a 474, a errata do edital está aqui porque nós tivemos que mudar a data está publicado e deve sair amanhã, o regimento da 8ª Conferência também não houve modificação, o que a gente fez foi incluir os 12 temas propostos pela Secretaria de Saúde fiz em destaque em vermelho, só incluímos aqui os temas que foram sugeridos pela Secretaria de Saúde, tomei a liberdade Beth de incluir alí o SUS legal com a participação da comunidade porque a gente não falou em nenhum momento da nossa participação na Conferência e nós temos propostas, o regimento da Conferência da Mulher também não teve alteração tirando a questão das datas, o regimento interno da 1ª Conferência de Vigilância também a questão das datas e o regulamento que foi objeto de mudança das datas e dos temas apresentados pela Secretaria de Saúde, são essas aí as nossas considerações com relação aos regimentos. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Então eu vou colocar aqui em aprovação porque na verdade a gente não tinha outro jeito, são essas mudanças que a gente fez com relação à Conferência, quem concordar favor levantar o crachá. Contrários, abstenções: aprovada. Eu queria também falar para vocês de uma inclusão de pauta que é de um contrato da Associação dos Cegos e da regionalização de medicamento, então são duas inclusões de pauta e quem concorda favor levantar o crachá, nós estamos aprovando a inclusão de pauta Guido, nós não estamos aprovando ele, eu estou pedindo a inclusão de pauta porque não está na pauta para ser discutido, e a outra é a assistência farmacêutica que nós discutimos e vamos fazer uma nova discussão, quem concordar favor levantar o crachá. Contrários, abstenções: aprovado. Prorrogação do prazo “Dispõe sobre a Jornada de Trabalho dos Profissionais de ESF, lotados na Região do Campo”, é o Thiago. **Com a palavra Thiago Horta (Subsecretário da Atenção Primária a Saúde):** Boa noite. Nós encaminhamos ontem se não me falha a memória um documento para a Secretaria Executiva pedindo a supressão dessa pauta que diz respeito à resolução, nós já tratamos ela aqui em outras ocasiões sobre o horário de trabalho da Região do Campo, a Secretária nós nos reunimos essa semana, nós estamos hoje internamente do ponto de vista administrativo articulando com a SARH, para que a gente possa retornar ao Conselho já com informações oriundas da Secretaria competente e concernente acerca daquilo que é o tema da pauta que é a definição de horário, nós sabemos que temos a SARH e nós temos que levar a ela as consultas necessárias para que a gente aqui discuta e apresente uma alternativa até mesmo que seja do ponto de vista da renovação da atual resolução, então havia encaminhando o memorando o e-mail solicitando por essa razão a suplementação de pauta. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Mas o que eu acho Thiago que precisa ficar encaminhado é que os efeitos dessa resolução, se naquele momento fizemos um ato e como estamos debatendo a questão dos profissionais naquele momento foi a solução que o Conselho achou de dar um aval para essa questão do campo, os efeitos dela duraram até janeiro de 2016 e nós chegamos a conversar sobre isso, então ela não tem mais aplicação então a gente precisa é revogar, tornar sem efeito,

porque aliás nem precisa, mas tem que ficar o reg temos que fazer como deliberação que a partir de janeiro de 2016 quando ela perde a sua eficácia n nos mais nenhuma responsabilidade no que há de vir desse processo, é isso que eu queria deixar porque eu vou colocar como deliberação. **Com a palavra Thiago Horta (Subsecretário da Aten ria a Saúde):** É coisa rápida porque na verdade eu estou sendo mais do que um porta-voz, de um que ocorrerá no dia 08 de junho próximo lá no Expominas local ainda a confirmar do Fórum Regi inclusive aqui um representante do Estado para formalizar o convite e infelizmente por questões d e não pôde estar aqui presente, mas ele pediu para que a gente desse um informe que no dia 08 Fórum Regional terá a presença do Governador, na parte da tarde o Secretariado inclusive incluind ário de Saúde o Sávio Souza Cruz, e semana que vem fará contato com a Mesa da Secretaria d o Municipal de Saúde para configurar uma representação Regina do Conselho de Saúde na órum Regional no dia 08, então isso é um informe. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Agora é a metodologia para elaboração do Plano Plurianual que a Secretária vai falar. **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúde):** Boa noite a todos. Eu pedi essa pauta porque nós estamos trabalhando o planejamento plurianual, é um planejamento da Secretaria e a gente está tendo um olhar um pouco diferenciado que a gente queria trocar uma ideia com vocês, vocês me desculpem porque eu vou correr mais eu como professora eu gosto de conceitos, mas eu só vou falar uma coisa. Nós estamos fazendo um planejamento baseado em que? Qual é o nosso objetivo? Minimizar os riscos da atenção à saúde não acontecer, e aí esse ciclo é o ciclo que a gente está trabalhando hoje na Secretaria no nosso processo de gestão, a primeira coisa que a gente faz e ele se chama PDCA e todo mundo que mexe com administração conhece isso, e a gente quer trabalhar em cima disso porque só assim a gente vai conseguir resultados, eu queria falar primeiro no primeiro P que é o planejamento que é isso o que a gente estava discutindo aqui o PPA, a programação anual de saúde, a LDO, tudo isso fazem parte do planejamento. O que é alí para nós? A gente baseia o nosso planejamento em localizar problemas e estabelecer metas para solução desses problemas, e depois elaborar um plano de ação para a gente resolver esses problemas, então é encima disso que a gente está trabalhando, aí depois a gente executa esse plano e verifica se a gente está conseguindo atingir as nossas metas ou não, se não estiver conseguindo a gente avalia o porquê para a gente conseguir corrigir, então isso aqui é uma coisa que a gente vem trabalhando e a gente já vem conversando isso dentro da Secretaria há muito tempo, e esse é o primeiro PPA que a gente vai fazer nessa metodologia. Eu queria passar algumas coisas eu vou ser rápida. O que a gente tem normalmente? Crise no sistema presente no nosso dia a dia, fila, falta de leito, recurso escasso, insatisfação dos profissionais e da população, baixos valores pagos pelo SUS, isso aqui a gente escuta todos os dias e esses são os nossos problemas, e aí é encima desses problemas que não são só de Juiz de Fora que se a gente olhar são nacionais que a gente vai tentar focar o nosso planejamento. Então eu volto lá também no artigo 196 da Constituição Federal que todo mundo conhece, esse é o mais falado e a Samantha os conhece de cor e salteado, mas eu queria falar o seguinte que saúde não é só política de saúde mais também políticas sociais e econômicas, e aí a gente também quer cobrar das outras Secretarias nossas políticas que nos façam melhorar a saúde para ter o acesso universal e igualitário. Isso é um diagrama que se chama Dahlgren e Whitehead que fala o seguinte, que a saúde depende também da educação, do ambiente de trabalho, se tem desemprego, água e esgoto, serviços sociais, habitação, tudo isso afeta a saúde e a gente está pensando nisso e cobramos das outras Secretarias que também nos ajudem a oferecer isso. Esse é o cenário atual que não é só de Juiz de Fora é do Brasil inteiro e que nós também estamos aqui: lacunas assistenciais importantes; financiamento público insuficiente, fragmentado e baixa eficiência no emprego dos recursos com redução da capacidade do sistema para prover integralidade; configuração do modelo de atenção; fragilidade na gestão do trabalho com grave problema na precarização e carência de profissionais; pulverização dos serviços nos municípios; e pouca inserção da Vigilância e promoção em saúde no cotidiano dos serviços de atenção principalmente na atenção primária. Persistência, também a gente tem um perfil epidemiológico no Brasil que em Juiz de Fora não é diferente, doenças parasitárias, infecciosas e desnutrição, problemas de saúde reprodutiva com mortes maternas e óbitos infantis, doenças crônicas, violência no trabalho, obesidade, tudo isso é o que a gente trabalha no dia a dia, a gente quer melhorar. Como que a gente vai medir se estamos melhorando? O que a gente está pensando? Se nós sabemos desses problemas a gente tem que focar na mudança do que a gente está vivendo hoje, é isso que a gente está pensando, nós queremos mudar o que a gente está vivendo hoje. Como que a gente muda isso? Aí vocês tem um papel muito importante que são através dos indicadores, as metas pactuadas de indicadores no nosso Plano Municipal de Saúde. Qual é o nosso problema? Hoje no PPA nós estamos trabalhando num indicador para trás, porque é o indicador que vai nos mostrar o que a gente mudou, então esse é o nosso foco e é isso o que eu gostaria que vocês nos acompanhassem em acompanhar os indicadores para ver se está mudando a situação. O que acontece? Eu não vou nem dar exemplo da saúde, eu vou dar exemplo da educação que é mais fácil, eu preciso melhorar o IDEB que é o índice mais fácil de explicar o que eu quero dizer, metodologicamente é mais fácil, se eu tenho o IDEB baixo aí todo mundo acha que eu preciso construir

mais salas de aula. Isso significa que eu melhorei icador de alfabetização? Não, de jeito nenhum, então o que eu quero mostrar para vocês é o segu gente tem que focar no indicador, e aí eu estou provocando e para mim mesma, vocês tem que co Secretaria que mude a situação atual nos indicadores, e é isso que vai refletir o meu PPA qu mude indicadores para ver se a situação atual está melhorando, eu vou fazer um exemplo da sau xemplo, eu preciso ter indicadores. Às vezes médico faz falta? Faz, mas eu preciso contratar m s que ele seja bom para mudar a minha situação, então isso eu preciso fazer e o que a gente quer é atenção do que é hoje. Então o que é o PPA? É foco no programa. E o que é um programa? É solu problema, atender a uma demanda da sociedade ou uma oportunidade. Então como eu f Então se o problema, eu tenho que ter um objetivo e um indicador, mas eu tenho também qu causas desse problema e agir nessas causas, é assim que é formado o PPA, eu tenho um problem vo é a minha solução, tem que achar um indicador para medir se estou melhorando ou não, mas não adianta eu tenho que atuar nas causas, essas são as ações. Por que eu estou falando isso? Porque o nosso PPA e o nosso orçamento é focado em organograma e departamento, então é o seguinte, saúde mental. O que a saúde mental faz? Quantos municípios têm? Não tem isso, eu tenho problemas que perfazem todo o meu organograma então eu não tenho aquele olhar, eu vou ver a Subsecretaria do Mariano. Então quantas pessoas ele tem lá? O que ele faz? Eu estou muito mais preocupada em resolver o problema da assistência farmacêutica que está nele do que ver os departamentos que ele tem, então eu quero focar nisso que a gente está construindo é na solução dos problemas, e é isso aqui que eu vou pedir para vocês tomarem atenção e nos ajudar que são as metas pactuadas dos indicadores, é isso aqui que vai me mostrar se eu estou melhorando ou não, e aí quando eu vier pactuar aqui eu gostaria até que vocês fossem bem duros com a gente porque é essa meta que a gente vai perseguir para atingir a mudança, e aí eu vou fazer a minha avaliação de resultado. O que a gente viu hoje? Que eu tenho metas que estou cumprindo muito bem, eu estou falando coisas aqui até contra mim, mas o que eu acredito é que na mudança da situação atual a gente tem que assumir, porque eu tenho indicadores alí que eu estou atingindo nessa meta de 2014 fácil que era o dado que eu tinha, mas quando eu olho nos parâmetros de cidades comparadas a nossa, a nossa está baixa, então além de ter uma meta pactuada eu tenho que estar dentro dos parâmetros nacionais, dentro dos parâmetros de cidade do porte de Juiz de Fora, é isso que a gente quer, porque eu vou falar uma coisa para vocês hoje eu recebi um médico de São Paulo e ele já sabia tudo de Juiz de Fora através desses indicadores, ele falava assim para mim “Está bom nisso, ruim naquilo”, porque é isso que meda a mudança da situação atual. Isso aí eu fiz vários indicadores, eu falei que eu ia falar pouco e tinha alí uma apresentação, eu sou professora então eu falo muito e hoje eu resolvi falar pouco, então essa é a síntese do planejamento dos gastos, eu tenho necessidades dos gastos, eu tenho que considerar o pacto pela saúde onde estão os meus indicadores, os planos de saúde, a PPI e o PDR, então eu estabeleço programas que são soluções de problemas e metas e isso vai dar no PPA, LDO e LOA, que nós vamos avaliar e que vai voltar, isso é um ciclo sempre rodando. Hoje nós vamos ter no PPA um programa na saúde que eu acho que ele abrange um todo e que é o nosso grande problema, o acesso aos serviços de saúde com qualidade, eu posso falar tudo da saúde que está alí dentro e ele vai chamar no PPA Juiz de Fora mais saúde, e por isso que eu vim aqui é que a gente está querendo tirar o olhar por departamento, unidade, para uma mudança da situação atual do problema, então ele às vezes vai ter um formato um pouco diferente e é isso que eu quero falar com vocês, não fiquem pensando a Subsecretaria do Thiago, a Subsecretaria do Vitor, ele vai estar lá, mas o formato é na solução dos problemas que existem na saúde e de todo mundo vai ser assim. E o que é um PPA? O PPA ele é coisas novas que nós vamos fazer e o dia a dia não entra, então por isso que é coisa nova é porque a gente está usando coisas novas para solucionar problemas velhos coisas que a gente não faz, então o PPA tem essa característica e como a gente está formando e a gente vem discutindo num processo de planejamento eu pedi essa pauta aqui para explicar como nós estamos trabalhando para vocês e estou aqui para tirar dúvidas, tentei ser o mais simples possível e não falar orçamenteis e nem plajamenteis, mas na forma do que a gente quer e eu acho que a gente quer é mudar a forma e a situação da saúde do Município de Juiz de Fora para melhor. E como que a gente mede isso? Através de indicadores, então se tiver alguma pergunta eu estou às ordens e se tiver que falar que está tudo errado também pode falar e eu vou agradecer, é muito mais fácil eu vir explicar essa metodologia mais é muito difícil fazer isso e nós vamos contar com a colaboração de vocês para discutir esse processo, obrigada. **Com a palavra Hugo Bento (LIXARTE):** Boa noite a todos. Professora a forma que você colocou aqui é linda e eu gostei muito, até mesmo quando você fala na Constituição e você fala em direitos sociais e coloca tudo, e nós vamos ter uma Conferência e eu acabei até de perguntar a Penha se na nossa Conferência Municipal vai ter alguma coisa falando sobre a saúde da população negra, e ela coloca para mim que isso é uma coisa que já vem pronta de Brasília aquela coisa da nacional, da qual eu coloco eu estou no município e são os municípios que discutem a saúde da população negra até chegar à nacional, e lamentavelmente parece que eu vou para uma Conferência e que eu não vou lá assistir, nem debater, discutir nada em relação à saúde da população negra. Nós temos aqui patologias

inerentes a nossa população que são enfermidade las e derivadas de condições socioeconômicas e educacionais desfavoráveis, é intensa a pressão s temos o grupo de enfermidades adquiridas com agravantes socioeconômicos, nós temos grupos d es fisiológicas, e eu trago aqui e está até elencado aqui várias patologias divididas, inclusiv s uma aqui que se nós formos discutir aqui enfermidades adquiridas e derivadas de condiçõe nômicas e educacionais desfavoráveis e intensa pressão social, eu até colocaria aqui no nosso mu e a gente está discutindo racismo institucional porque assim como o branco ele trabalha, ele ven , nós negros também queremos ter as mesmas condições, ganhar bem, ter salário, só que infelizn é isso o que acontece, para sabermos as nossas condições socioeconômicas nós temos que ganha o, eu peço e é por isso que eu venho até aqui é só assim com esse medo quando eu perguntei a lora da Comissão de Saúde da População Negra e ela me fala isso, no nosso PPA vocês terem ess está aí para poder ajudar no que pudermos ajudar, auxiliando, para a gente poder trazer essa temática para colocar para a gente poder discutir no dia a dia porque é um problema muito grave, e nós somos a maioria da população brasileira e, no entanto a nossa situação é essa e todo mundo ganha dinheiro e a gente fica aí trabalhando principalmente agora, é só isso que eu gostaria de colocar e ficou excelente quando você coloca alí, eu tenho certeza que esse médico de São Paulo lá também não discute porque infelizmente essa é a nossa situação, obrigado. **Com a palavra Guido Pereira (Região Sanitária 10):** Professora o que eu não vi aí é o elemento principal, a atenção primária está fora desse programa, mas se nós não tivermos uma resposta da atenção primária de 30 em 30 dias nós não conseguiremos realizar isso aí, porque a senhora tem que saber o que cada Unidade Básica de Saúde faz nos 30 dias de serviço dela, tem que saber se ela está andando ou se a fila está parada, então sem a resposta da atenção primária nada disso vai acontecer porque nós cobramos e nós fazemos a nossa parte, mas eu quero saber se cada gerente dá o seu dossiê “Atendemos uma quantidade de pessoas, repetiu fulana, essa doença foi erradicada”, e isso a gente não vê, disso eu faço muita questão que seja feito, muito obrigado. **Com a palavra William de Menezes (Região Sanitária 5):** Beth parabéns pela exposição foi muito boa, belas palavras. Agora Beth o PPA que nós estamos discutindo aqui, o plano diretor que nós discutimos aqui, eu acho que um faz parte do outro, um está dentro do outro, então eu vejo pelo meu território eu vou falar pelo meu Bairro Bandeirantes que é a Região 05, então nós estamos buscando soluções há vários anos e nós temos uma população em torno de 20.000 pessoas, o que preconiza o Ministério da Saúde se eu não me engano é de 3.000 a 4.000 pessoas pelo programa saúde da família por equipe, e nós estamos chegando a 20.000 pessoas quer dizer nós temos três equipes vamos colocar 12.000, então Beth vamos colocar isso aí realmente dentro desse PPA para coisa funcionar não só para mim mais para todas as unidades de Juiz de Fora, mais equipe para nós, obrigado. **Com a palavra Cosme Damião (Região Sanitária 6):** Boa noite a todos. Secretária parabéns pela exposição que fez e a forma que a senhora falou, e que aquilo que a senhora está trabalhando você está trazendo aqui para que todos possam estar na contribuição para que saia o resultado que é aquilo que a senhora quer o de melhor, porque chegar depois e ficar lamentando conforme nós lamentamos, nós sabemos de toda a situação e que não é só de Juiz de Fora, ou seja, é do mundo vamos falar assim, mas aí eu acho que nós temos que ter essa compreensão para que nós possamos chegar naquilo que nós estamos aqui representando aqueles que a qual não tem as condições de estar aqui, agora dentro de tudo isso são só as reinvindicações daqueles coitados que a qual está lá aguardando aquilo que nós estamos aqui reivindicando, primeiro agradecer a Deus porque nos dá as condições de chegar lá, muito obrigado. **Com a palavra Maria Madalena (AAPEM):** Boa noite a todos. Parabenizo aqui a senhora Drª Elizabeth pela belíssima explanação, porque é muito fácil criticar, mas nós que estamos lá na nossa base nós sabemos das dificuldades e quando somos conselheiros para valer nós defendemos. Por quê? Porque muitas pessoas só veem o salário dos senhores, mas não sabe o quanto que vocês esquentam a cabeça, às vezes até passam a noite em claro discutindo os problemas da atual situação da saúde no nosso Brasil e agora mais do que nunca, eu vou falar um pouco e não sei se vou agradar, esse momento político que nós estamos vivendo. Como acreditar? Eu não vou chegar até lá, mas então Drª Elizabeth que Deus te ilumine hoje e sempre e que nós conselheiros façamos a nossa parte na nossa comunidade porque é lá. E Hugo me desculpe eu entrar um pouco na sua fala, eu acho que hoje em dia alguns negros estão descriminando a si próprios porque tem muita coisa boa aí em defesa do negro sim, eu que sou conselheira e uma das antigas desde que o Conselho foi fundado, conselheira municipal que eu estou à frente não para aparecer, mas para crescimento da nossa saúde e dos nossos representantes, então que Deus ilumine a todos e abençoe e vamos trabalhar mais na nossa comunidade, vamos ajudar, igual se fala aqui a gente toda quinta-feira as unidades fecham para estudar e fazer o levantamento daquilo que está sendo atendido e acontecendo em nossas comunidades, mas você faz a reunião e você chama a comunidade e ninguém quer ir, só quer ir às vezes para o rádio criticar e falar, então mais uma vez que Deus abençoe a todos vocês e essa pessoa aqui maravilhosa que nós não podemos perder nunca, muito obrigada. **Com a palavra Jorge Ramos (Região Sanitária 10):** Beth parabéns, aliás, é uma metodologia e isso é o primeiro passo para a gente construir. Mas eu só queria chamar a atenção e eu vou fixar a minha fala na questão da Conferência, porque não é esse

momento aqui que nós vamos construir PPA, o mo e nós vamos construir o nosso Plano Municipal de Saúde e vamos dar subsídios ao PPA é na Cor e as pessoas não estão muito interessadas em participar, então aquele número estimado Beth de pensamos uma Conferência como tradicionalmente mais eu não sei se as pessoas e imadas ou desmotivadas, mas o interesse em participar e principalmente os Conselhos Locais, r aqui preocupado com nada, então é o momento em que nós vamos dizer a Administração Municip ós queremos como Política de Saúde, e aí Hugo me permita corrigir você mais quando a gente disc tema a gente discute o coletivo e uma das pautas é a saúde da mulher e do homem, nós vamos disc saúde da mulher perpassando pela saúde do branco, do indígena, do negro, assim como vamos ma coisa que nós homens somos relapsos, nós não nos preocupamos com a nossa saúde e nós r mos a nossa saúde, mas a mulher culturalmente e tradicionalmente tem esse viés do cuidar, de ser do mais, mas era isso que eu queria falar. Então eu faço aqui um apelo porque o momento está aqui uma Conferência específica para discutir a saúde da mulher, uma Conferência específica para discutir a Vigilância em Saúde que não é uma coisa pequena, não é de Vigilância Sanitária que nós estamos falando, nós estamos falando de uma coisa muito maior então eu acho que é o momento da gente participar da Conferência, todas as propostas que forem apresentadas na nossa Conferência Municipal de acordo com os 12 eixos temáticos serão aproveitadas, isso foi um acordo que nós fizemos dentro da Comissão que nós vamos aproveitar toda e qualquer proposta de acordo com o tema, não adianta você fugir ao tema e são 12, então nós não vamos refugar nenhuma proposta para a Conferência Municipal, mas com relação a Conferência da Mulher também vamos no mesmo viés e da Vigilância, porém nós vamos ter o segundo momento porque o Estado só nos permite mandar oito propostas de competência estadual e uma nacional, então o corte não começa aqui, o corte começa lá encima em Brasília e o Conselho Estadual foi lá e recepciou isso, então há um cerceamento de poder dizer as pessoas o que nós queremos, então senhores acredito que a Conferência é o momento que a gente vai ter a oportunidade de colocar o que nós queremos para que então esse Conselho volte a discutir o PPA, o Plano Municipal, então é nessa linha, muito obrigado. **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúde):** O Hugo Bento ele já respondeu. Guido para mim é o seguinte, a base de todas as soluções dos problemas da saúde passa pela atenção primária, então a questão da atenção primária e o Thiago está aqui. O que eu pedi para você Thiago? Um relatório quinzenal de todas as 63 unidades, das que tem problema para a gente poder acompanhar. William o que está acontecendo é que o PPA está meio disperiodizado da Conferência Municipal de Saúde e o Plano Municipal de Saúde. O que vai acontecer? Nós vamos fazer um PPA esse ano com base no plano de saúde antigo, no ano que vem nós vamos elaborar um novo plano de saúde e adequar o PPA a esse novo plano de saúde, e já aprovamos aqui no Conselho a PAS que já contem expansão de pessoal. Eu acho que é isso mesmo, eu queria só alertar para vocês que isso é uma metodologia de como nós estamos trabalhando, é assim que a gente está trabalhando dentro da Secretaria e que eu queria apresentar para vocês, porque quando a gente conversasse a gente estivesse falando todos nós a mesma língua, inclusive eu não pedi deliberação, eu pedi um tempo para fazer uma apresentação para vocês, à apresentação é maior mais eu reduzi a apresentação, obrigada. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Então isso é muito importante, anteontem, ontem e hoje eu vim para cá na parte da tarde juntamente com a Adelina, a Fátima, o Vanderli, o Agustinho, eu estou ligando para alguns conselheiros e para alguns presidentes de conselho para convidar para vir fazer a inscrição para a Conferência, eu vou falar uma coisa hoje na hora que eu contei aqui o número de conselheiros está muito baixo, e vou falar mais estão perdendo longe para associação de moradores, então eu queria que vocês pensassem porque nós vamos discutir lá as propostas que vão vir para o PPA, que vão vir para o Plano Municipal de Saúde, e se a coisa não sair quando vir para cá propostas que não nos contemplem nós não podemos reclamar, a gente não participou da Conferência, não teve adesão, então quer dizer quem vai é que vai ter direito de fazer essas propostas, então eu gostaria de pedir a vocês que fizessem essa indicação dos conselheiros para poder participar da Conferência, conselheiros municipais também, eu não sei se a Fátima já foi mais ela estava alí fazendo as inscrições para participarmos das Conferências, e sem contar que são três conferências que a gente vai discutir de tamanha importância. Eu queria aqui Beth agradecer porque eu tenho falado na discussão da PAS eu falei coitado do Thiago, hoje o que eu entendi Beth vai ser um globo a gente vai discutir tudo e nós sabemos que os problemas são muitos, não são poucos, e o que eu estou entendendo é que a Beth está tentando fazer uma proposta para que a gente resolva talvez do pequeno problema para que ele não se torne um problema grande, então eu quero agradecer. **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúde):** Eu queria só falar uma coisa e aos meus Subsecretários eu quero agradecê-los porque isso é muito fácil para eu falar aqui, mas na hora que nós vamos trabalhar com isso é muito difícil e coitada da Luciana que está me ajudando nesse processo, a gente vai e volta, e pergunta, e não é isso, porque ainda tem uma coisa você saber se é problema real ou se é causa, então isso é um trabalho que é rápido para falar mais para construir isso é difícil, mas vocês já entendendo isso já nos facilita quando a gente trouxer aqui para isso, mas eu falei isso só para agradecer aos Subsecretários que estão empenhados nessa discussão junto

comigo e a Luciana que é do Departamento do Pl o, com certeza essa discussão porque nós estamos fazendo todo esse processo lá para traze ês para a discussão aqui, mas eu já queria facilitar para entender, muito obrigada. **Com a pal na Célia (Presidente do CMS):** Eu queria falar com vocês aqui sobre um pequeno relato, o Prefe decreto 2672 de 2017 onde ele fez uma Comissão de Sindicância uma portaria, uma Comi indicância para a gente fazer algumas avaliações, então o que eu queria colocar para vo e eu estou sendo cobrada Beth porque eu acho que não entenderam muito bem ainda, então essa o não é uma Comissão do Conselho, eu só participei das visitas, então participamos e o noss não finalizou ainda e nós estamos desde fevereiro mais é um trabalho longo e demorado, a regou um relatório parcial, não é um relatório ainda de término final, a gente ainda está trabalha que eu não estou vindo aqui de manhã eu venho à tarde do jeito que posso vir, e o que eu posso ac a vocês é que a gente está dando o melhor de nós e é isso que eu queria colocar esse breve relato, são 5 ou 6 pessoas que fazem parte dessa Comissão e é todo mundo junto, eu entendo que quando tudo estiver finalizado, o trabalho, as visitas, o relatório, aí sim, a gente já entregou parte para Secretaria mais não entregamos tudo ainda, aí vai trazer essa discussão para o Conselho e é só isso que eu queria colocar para vocês, obrigada. **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúde):** Eu queria explicar que é uma portaria, e foi uma decisão de arrumarmos uma Comissão para avaliar porque a gente não tinha uma Comissão fiscalizadora, então a gente resolveu instituir para uma portaria para um trabalho específico e achamos que tinha que ter uma pessoa do Conselho, como a Regina já era da Comissão eu a chamei e perguntei se ela poderia fazer parte dessa Comissão. Por quê? É um trabalho e eles já visitaram, pelo o que eu sei o trabalho não está concluído, mais de duas vezes as 29 unidades das residências terapêuticas mais todas as unidades porque eu pedi alguns tópicos, então é um trabalho que eu não sei como eles estão dando conta e eles não acabaram, então eles me deram um parcial e eu questionei algumas coisas e eles estão voltando para verificar, e aí Regina nós viemos aqui e nós apresentamos conjuntamente o relatório e as ações que vão ser surgidas a partir desse relatório, obrigada. **Com a palavra Mariano Miranda (SSEIN):** Boa noite a todos. Nós pedimos essa inclusão de pauta hoje, para poder discutir a mudança da forma de gestão que o Estado está implementando sobre os medicamentos da atenção básica. Fazendo uma recapitulação bem rápida, vocês sabem e nós já discutimos aqui em algumas oportunidades que a compra de medicamentos básicos ela é feita através da União, do Estado e do Município, a União encaminha um valor, o Estado encaminhava os medicamentos e o Município fazia também com valor, já apresentamos aqui que um dos grandes problemas que nós temos é o subfinanciamento, hoje o Município de Juiz de Fora ele coloca muito mais daquilo que devia colocar para compra de medicamentos, e agora o Estado está propondo uma mudança da forma do cumprimento da obrigação dele, o que ele quer é parar de mandar o medicamento e mandar o dinheiro, essa proposta foi feita na CIB agora em novembro de 2016 e nós submetemos ao Conselho, na época que nós submetemos ao Conselho nós tínhamos uma série de dúvidas que o Estado não foi capaz de suprir, e tínhamos dificuldades de aceitar essa mudança de gestão que o Estado pararia de mandar medicamentos e mandaria dinheiro, nós ficamos com várias dúvidas e com isso também não conseguimos passar para o Conselho uma certeza dessa situação, e aconteceu que o Conselho não aprovou a mudança através da resolução 470 de 23 de fevereiro de 2017. Pois bem, depois dessa situação nós tivemos algumas reuniões e alguns contatos com o Estado, fomos lá para tirar algumas dúvidas e aí ficou mais claro para Secretaria que essa mudança que está sendo proposta pode vir a beneficiar o município. Por quê? Primeiro que com a mudança vai haver um incremento de financiamento na ordem de R$ 160.000 por ano que o Estado vai passar para o município a mais do que ele já passava, invés dele passar R$ 3,00 per capita ele vai passar R$ 3,35. Outra situação, o Estado por histórico e vocês estão aqui há muito mais tempo e sabem disso, o Estado nunca consegue cumprir com a obrigação dele de mandar o medicamento, ele tem dificuldade em comprar, fazer logística, nós sabemos que o Estado perdeu muito e não consegue fazer essa logística, então fazer o encaminhamento do dinheiro para nós pode tornar mais fácil a compra do medicamento que já é o que a gente faz, enfim. Essas duas situações atreladas também à possibilidade do município participar das licitações do Estado que também podem vir ajudar, visto que o Estado ele faz compra de muito mais medicamentos então acaba ficando mais barato, levou a uma conclusão da Secretaria de Saúde de que seria interessante sim o município aceitar essa alteração do Estado, motivo pelo qual a gente veio e apresentou e pediu aqui para Mesa Diretora essa inclusão de pauta para pedir a vocês se a gente poderia rever essa posição do Conselho e a gente autorizar o município a fazer essa alteração, dessa forma o município passaria a receber dinheiro do Estado para poder comprar medicamento, vamos passar a receber o dinheiro com esse incremento de R$ 160.000, a gente passaria de R$ 1.500.000 para R$ 1.680.000 o repasse anual do Estado, então é essa a situação que eu coloco para avaliação dos senhores para a gente poder rever ou não essa questão do Estado, e também estou aqui para responder as perguntas. **Com a palavra Guido Pereira (Região Sanitária 10):** Vocês podem achar que hoje eu estou muito acelerado mais o que acontece é o seguinte, a função do conselheiro local, regional e municipal de saúde é defender o usuário e essa é a nossa função, nós não

temos que apoiar Prefeito, Governador ou o Presi República, nós temos que apoiar aquele nosso vizinho na área de saúde, eu não apoio essa prop e nenhum governador cumpre aquilo que fala e isso é uma proposta política, agora quem está pró overnador tem que ter capacidade, autoridade e coragem de falar "Doutor isso não funciona em Ju , o senhor mende o remédio porque é atribuição dele", ele quer mudar uma coisa que está estabele aúde que é parte da União, Estado e Município. Agora se ele faltar com o dinheiro quem vai levar o Prefeito que estiver na frente ou o Secretário de Saúde, e vai começar aquela encrenca novam ate daqui, o outro bati dali, portanto ele tem que cumprir a finalidade dele. Por que ele não termino spital Regional que está aí parado? E ainda criou uma lei que não pode inaugurar nada sem estar p gente pergunta "O Prefeito fez a parte dele e o Governador de Estado não fez a dele, mas aí ele fazendo de propósito", se eu completar minha obra o Prefeito vai inaugurar, então eu não comple ão pode inaugurar, é preciso entender de política, é preciso ler jornal, ver televisão, escutar rádio, tem muita rasteira dentro da política e tem que ser esperto, não pode ser bobo, então eu não concordo com essa proposta porque ninguém consegue ler a cabeça de governador. **Com a palavra William de Menezes (Região Sanitária 5):** Meu amigo Mariano é o seguinte, eu acho a proposta muito superficial, é muita responsabilidade, a compra de medicamentos do Estado é comprado encima de um grande volume, então se você compra R$ 1.000.000 e vamos supor que nós compramos R$ 100.000 aqui, já vai dar uma diferença grande. E se faltar o dinheiro de onde nós vamos tirar se o município está passando por grandes dificuldades? Falta muita coisa, então eu acho que a gente deveria cancelar essa proposta ou fazer uma reunião extraordinária com mais profundidade, porque é muito arriscado a gente aceitar a Prefeitura assumir uma coisa que eu tenho certeza e que todos nós temos a certeza que não vai dar certo, é dar tiro no escuro, vai faltar dinheiro. Aí lá na ponta quem apanha? O usuário, o Secretário de Saúde, eu vou ter que ficar ligando para eles, os conselheiros porque eles vão falar mal "Vocês não estão com nada, vai lá e volta", então é uma reunião extraordinária ou não a proposta. **Com a palavra Sônia Regina (Região Sanitária 3):** Eu tenho que concordar também com o Guido, com o William, era justamente isso o que eu estava pensando, está trazendo para o município mais uma responsabilidade, daqui a pouco tem gente correndo para te prender Beth quer dizer mais ainda porque eu sei que sempre acontece, então eu acho que é mais uma responsabilidade para o município, a Samantha está cansada de saber as fitas de glicemia há quanto tempo que não tem, então quer dizer pelo menos a gente pode falar "O Estado não está cumprindo", daqui a pouco não está vindo o dinheiro e todo mundo vai falar que é o município que não está mandando, então eu também não concordo muito, deixa o Estado lá com a responsabilidade. **Com a palavra Samantha Borchear (Ouvidoria):** Boa noite a todos. A Sônia, o Guido e o William estão corretos, a gente até tem uma participação mais profunda nessa questão, e eu estava na reunião da CIB dos gestores da região quando foi colocada essa proposta no início do ano, e eu fiquei brava lá e fui uma das únicas que levantei porque do jeito que o Estado trouxe foi uma imposição, não uma escolha do gestor, do jeito que eles colocam é uma imposição ou vocês aderem a isso, inclusive chegaram a fazer um documento pressionando de forma bem direta que se o município não aderisse ia sofrer sanção, isso é crime, não existe fazer esse tipo de coação, isso é uma coação, então eu briguei e fiquei brava lá no dia. Por que qual é a nossa visão? Nós sabemos e eu vou deixar uma coisa clara e para quem não é obrigado a entender não entenda, que os remédios são os mesmos, não mudam, só que é uma assistência tripartite cada um coloca um pouco, o Estado até hoje é obrigado a mandar parte em remédios e que não manda também. E eles vão mandar o dinheiro? Se eles não estão mandando o remédio sendo que eles tinham uma FUNED que está quebrando, tinham facilidades de compra de registros com quantitativo maior, e não estão mandando os remédios, esses básicos e nem os dele do componente especializado para pessoas com esclerose múltipla, com Lúpus, com Alzheimer, está faltando para todo mundo e são remédios caros de R$ 100,00, R$ 200,00, R$ 500,00, então não tem as fitas Sônia é verdade e eles estão fazendo o mesmo jogo, o que eu vejo Beth a minha preocupação e a gente conversou e a Mesa vai posicionar aos senhores sobre o que nós decidimos que é uma decisão razoável, mas nós conversamos alí dentro e debatemos antes da reunião começar com a Mesa e nós colocamos porque o que isso vai atrair para o município, se mandar o dinheiro está bom até que resolve porque o município vai poder fazer o seu registro de preço, a sua compra, só que eles não vão mandar o dinheiro e não é ser pessimista porque nós temos parâmetros e exemplos ao longo dos anos que nos levam a crer que eles não vão mandar o dinheiro, mas nós temos prazos essas coisas que eles fazem de forma intempestiva e forçam a barra mesmo para as pessoas atenderem, aí a Mesa vai colocar a proposta, mas eu queria deixar claro para vocês que eu também tenho preocupação e isso vai atrair para o município uma responsabilidade não financeira porque hoje já estoura tudo aqui no colo do município mesmo e quem complementa a assistência farmacêutica é o município, mas uma responsabilidade jurídica. Por quê? Eles vão lavar as mãos deles como eles estão fazendo em outras coisas "Isso não é nosso, agora é com o município", eu fico revoltada quando o cidadão abre uma reclamação lá na Ouvidoria Geral do Estado que é vinculado a nós e eles respondem assim friamente "Não, isso é responsabilidade do município, o Estado está enviando o dinheiro e acabou", e não é assim que eles têm que responder, eles têm que contar

que estão enviando de forma insuficiente, não est o o dinheiro, está atrasado, não estão comprando o medicamento, então a situação vai muito além e do sabe que hoje está faltando muito remédio na atenção primária, e a gente precisa realmente dis ó a gestão da compra de medicamentos, como outras gestões também principalmente financeiras inadmissível ficar de quatro a cinco meses sem o medicamento básico em uma unidade de saúde p nte da saúde mental, porque são pacientes e não que os outros não sejam, mas são pacientes mais s e que a falta imediata do medicamento traz sequelas e consequências gravíssimas, eles vem crise, passam mal, choram aqui com a gente, brigam com a gente aqui, dão escândalos, e a ger m dó. Por que o que a gente vai fazer? Eu posso comprar remédio para todo mundo? Não posso e fazer isso também. A gente pode de imediato determinar alguém que faça isso? Não, nós temos tro da legalidade que são cobranças, denúncias, pedidos de providências de órgãos competentes e es a nós, mas infelizmente continua faltando os medicamentos, então a Mesa vai fazer a colocação do que nós acordamos com o Mariano alí dentro que eu acho que é razoável, eu peço que vocês principalmente os três que me antecederam que falaram considere porque é uma saída, uma alternativa que dá para a gente poder caminhar com ela, mas acreditar e Guido fico com suas palavras eu não confio em palavras de governador porque nada que foi colocado na campanha e no dia a dia está sendo positivado, pelo contrário a gente só está perdendo e sofrendo com isso, obrigada. **Com a palavra Maria Madalena (AAPEM):** Mariano eu gosto muito de você, mas eu acho que esse assunto tem que ser rediscutido. Por quê? Há uns anos atrás nós estávamos numa Conferência lá em Belo Horizonte do Conselho justamente sobre essa situação dos medicamentos dos repasses para os municípios, então lá havia nesse grupo que eu fiquei e era um grupo de 11 pessoas e tinham lá pessoas com seus familiares doentes e doenças graves, eu inclusive com uma sobrinha afilhada com suspeita de câncer e AIDS, uma coisa muito grave, então estava lá o Diretor do Laboratório do Estado de Minas Gerais e vários outros também dirigentes de laboratórios. Então o que pode acontecer? A gente gostaria que não acontecesse, enquanto eles estavam discutindo lá quem ia ganhar a licitação os nossos pacientes estavam morrendo, então foi quando e aí é que entra o bom conselheiro, aí estava aquela discussão e de repente o Diretor Geral dos Laboratórios do Estado de Minas Gerais falou “Opa”, levantou e falou “Vocês sabem diante de quem vocês estão? Vocês estão diante do Diretor dos Laboratórios do Estado de Minas Gerais”, então essa conselheira aqui humildemente levantou e falou assim “Então é com o senhor mesmo que eu quero falar porque enquanto ficam discutindo quem vai ganhar a licitação os nossos pacientes ficam morrendo”, aí todo mundo Mariano abriu a boca, então com certeza nós temos que levar isso para uma nova discussão, mas eu acho que não é bem vindo. Por que o que vai acontecer? Manda a verba e aí a verba terminou. Como é que vai fazer depois para comprar os remédios? Vai recorrer de novo? Então vamos discutir mais um pouco, uma pauta exclusiva e com mais detalhes porque pode ocorrer isso, e uma boa fiscalização se essa verba vem para o nosso município. **Com a palavra Regina Célia (Região Sanitária 12):** Eu confesso para vocês que todas essas dúvidas e todos esses argumentos que vocês usaram aqui nós já usamos lá dentro, a nossa preocupação ela é muito grande, hoje o Estado ele já não manda o remédio. Qual é a nossa preocupação? Se ele não manda o remédio, o dinheiro muito menos. E aí também o que vai acontecer? Vão lavar as mãos. Hoje o que a gente disse? O remédio ele é tripartite aí ele vai virar dipartite porque quem vai arcar com todas as despesas vai ser o município de Juiz de Fora, porque se o dinheiro chegar nós vamos ter o momento inclusive de recurso aí vai ser bom para nós, porque estão passando alí eu acho R$ 0,35 a mais per capita então nós vamos ter um aumento a mais de R$ 160.000, então se for desse jeito se eles mandarem vai ser bom, a minha preocupação é a preocupação de todos vocês é deles não cumprirem aquilo que está no papel haja vista que eles não estão cumprindo com nada, então a Beth vai ler um documento porque na verdade nós discutimos isso aqui realmente, nós não aprovamos exatamente pelo o que nós estamos dizendo aqui agora, porque falou que dependia de uma aprovação do Conselho e agora já mudou agora o município tem que aderir para vir o dinheiro, é isso que eu entendi, então quer dizer se a gente não aprova a gente está rejeitando o dinheiro, é muito complicado o que eles estão fazendo com nós conselheiros, é muito complicado, então é isso que eu gostaria de colocar para vocês. **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúde):** Eu só queria dar um esclarecimento, nós também já tínhamos pacificado essa questão de medicamentos quando recebemos uma comunicação do Estado e que eu só vou ler um parágrafo para vocês verem, eles fazem toda uma contextualização e no fim falam o seguinte “Neste contexto e conforme pactuado junto ao COSEMS, informamos que os municípios que não tiverem realizado a mudança da forma de gestão para totalmente centralizado no município...”, que eles estão chamando de TCM, “não terão repasse de recurso de contrapartida Estadual e Federal conforme pactuado em deliberação CIB-SUS MG nº 2.416/2017, o que, portanto refletirá diretamente no abastecimento dos medicamentos básicos nas unidades municipais, desta maneira informamos o prazo limite que está quase indo para pactuação”. Então isso nós não tínhamos intenção mais nos coloca uma faca no pescoço, então eu quero dividir com vocês o que nós vamos fazer, mas isso vocês tem que saber que nós não vamos receber do jeito que está aqui nem o Estadual e nem o Federal, o que está escrito aqui e eu gostaria só de falar o que nós vamos decidir para nós irmos juntos,

porque é o seguinte o que está escrito aqui é que ão mandar nem o Estadual e também vai segurar o Federal como penalidade, mais isso significa Gu ceber o mês que vem. Então eu quero conversar com vocês aqui e nós estamos dividindo as nossa s, quando nós viemos conversar e viemos pedir essa pauta é porque nós discutimos que se a gen rir porque nós estamos numa situação que se ficar o bicho pega se correr o bicho come, então s não aderir pode ser que a gente fique sem repasse mesmo, é ficar sem medicamento. É pou ão eu estou aqui para dividir com vocês como que nós vamos solucionar esse problema, foi por gente pediu essa inclusão de pauta. Juridicamente é o seguinte, eles não podem deixa sar o Federal, mas é o seguinte aí eu fui conversar com o COSEMS todos os municípios d om essa pressão eles aderiram. E aí eu pergunto para vocês o que nós vamos fazer? Nós vamos s a não aderir porque os municípios do nosso entorno daqui já aderiram porque é uma deliberaç MS, na realidade eles estão o seguinte adere ou adere, é isso que eles falaram para nós, eles estão obrigando a gente a fazer isso, não é a nossa intenção porque isso que vocês estão falando eu até concordo com vocês isso vai cair no nosso colo mesmo, já está caindo porque eles não estão mandando medicamentos e já está sobrando para nós, agora eu queria discutir com vocês como vamos enfrentar essa situação, isso é fácil mais não soluciona e não coloca medicamento lá na minha unidade de distribuição. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** O assunto não é novo e nós temos duas opções ou você aprova ou você aprova porque se trata de uma decisão, e aí Beth é que a gente precisa ficar mais vigilante na questão da participação na CIB porque nós temos um problema, quem tem assento na CIB não é a Beth Jucá, quem tem assento na CIB é o Lúcio que preside o COSEMS Regional, então essa interlocução de gestores porque houve uma decisão já dos Secretários Municipais de Saúde do Estado de Minas Gerais, e a CIB a Comissão Intergestora Bipartite ela deu a seguinte opção ou o município faz a adesão ou o município faz a adesão. Porque em um primeiro momento eles tinham deixado às possibilidades que esse Conselho discutiu, a resolução está aqui e foi uma resolução que nós discutimos que é a 470 de 2017 e eu ia até buscar alí agora, e naquele momento a CIB ela era confusa ela dizia para nós que você tinha possibilidade de ser totalmente centralizada e depois no artigo 3º ela te dava as opções, e Juiz de Fora naquele momento quando a gente discutiu aqui que houve uma pauta e tudo mais, olhando naquele momento e aí tem um relatório do Dr. Ivan Chebli aqui que todo mundo conhece que ele opina favoravelmente a mudança para totalmente centralizado no município, houve um repensar, que o Estado de Minas Gerais está com problemas todo mundo sabe, que o Estado de Minas Gerais não está concluindo com seus compromissos todo mundo sabe, que o Estado de Minas Gerais não está colocando dinheiro na Rede de Urgência e Emergência todo mundo sabe, que o Estado de Minas Gerais não cumpre o seu compromisso com o Hospital Maternidade Terezinha de Jesus todo mundo sabe, com os convênios há cinco unidades que foram projetadas, parcelamento, há cinco convênios que foram afirmados para construção de unidade de saúde, e que ontem teve uma audiência pública do Manoel Honório. Quer dizer, onde está o Estado? Então nós já sabemos, agora o problema ficou para o município resolver, então eles não deixaram opção, eu fui um que naquele momento chegava aqui e defendia parcialmente, e aí nós estamos com um problema sério a FUNED está praticamente desativando seu pacto tecnológico. O que representa isso? Aí é que eu vou um pouco mais a frente se me permite Regina, quem importa o sal da Índia, da China, para fazer o medicamento que é o princípio ativo é a FUNED que é a Fundação Ezequiel Dias, a FUNED está com sérios problemas e já teve uma crise que nós vivenciamos e o Thiago estava em Belo Horizonte que a FUNED não conseguia importar sal, inclusive o sal estava importado retido no Porto de Santos do Rio por uma questão burocrática de vigilância, então foi uma crise e a FUNED não está conseguindo, eu tive a oportunidade de conhecer o pátio da FUNED e é de última geração. Então Beth é aquele problema que a é desreponsabilidade do Estado de Minas Gerais com relação à fabricação, a logística de distribuição e concordo com o William, que o Estado de Minas Gerais quando você vai para uma compra você compra por R$ 853.000 o poder de fogo é muito maior, mas utilizando a ata de registro de preço do próprio Estado você tem uma ferramenta na mão que inclusive agiliza o processo, então nós ficamos sem opção e inclusive na reunião retrasada que eu pedia e aí a Mesa falou “Não vamos fazer”, então a Beth está no mato sem cachorro e desculpe o termo. E o que nós estamos trazendo para vocês? Foi uma avaliação que a Mesa fez, ela não tem opção ou ela assina a adesão ou ela assina a adesão p

ue aquela possibilidade de ser parcialmente não existe mais, eles inclusive foram claros é totalmente centralizado no município, e o que nós estamos propondo é um projeto de avaliação, a partir de hoje contando seis meses porque tem um período inclusive de 90 dias para alimentação do GEICOM, então nós estamos propondo para esse plenário que a gente valide o processo de gestão totalmente centralizado no município, e que nesse período de seis meses haja um monitoramento permanente e mês a mês a Secretaria tem que nos dizer “O recurso está vindo”, porque o gestor a Beth está aqui e desculpe mais o Secretário de Saúde é uma função muito melindrosa, bem delicada, ele anoitece Secretário e amanhece nada, então muda muito o gestor e pode ser que haja uma mudança. E se o Estado mudar o Governador? Pode haver uma mudança, é outro

momento, então a gente está só pedindo isso pa gente possa avaliar durante esses seis meses, e aí Beth e Mariano com essa informação mensal ao Municipal de Saúde, e aí o compromisso também do Conselho Regina repassar essa informação nã camente como pauta mais nos informes da Mesa Diretora acuso o recebimento e repasso, porque saída que nós vimos nesse momento William, e eu vou na linha da Samantha que a gente pede aliação, uma reconsideração, e dar um crédito de confiança não ao Estado de Minas Gerais mais a a frente da gestão do nosso município que é a Beth, eu acho que é por aí. William eu acho que vale o inhamento e você faz aqui que eu vou registrar aqui, então que a gente faça e vamos mais longe vamo n documento conjunto Conselho e Secretaria, que os nossos deputados e os nossos representantes qu agora, que sejam atentos e vigilantes na questão de monitorar essa política de assistência farmacêut eus aspectos financeiros. **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúde):** O que eles estão para nós? Que eles vão passar o dinheiro, mas que eles vão fazer um registro de preço. O que é isso citação de todos os preços para todos os municípios, então nós só vamos poder comprar baseado naq ção e ele mantém a ata de registro de preço por um ano, então ele mantém o preço daquela ata durante um ano, então os preços que estão lá terão validades por um ano. **Com a palavra Mariano Miranda (SSEIN):** É só para também dar a palavra, agradecer a todo mundo pelas perguntas. A questão é essa, eu não falei em momento nenhum alí se o Estado é bom ou ruim, a questão que é posta para nós é essa, eu não estou falando que não é, eu estou dizendo que eu não falei se é ou se não é, mas na minha fala William eu não estou dizendo uma coisa nem outra, eu estou dizendo que a situação posta para nós é essa, entrar numa discussão Guido, falar, ir para as ruas, é bom e a gente tem que fazer, mas a gente tem que fazer de forma estratégica sem que o cidadão pague por isso no próximo mês. Essa proposta que a Mesa Diretora através do Jorge fez eu acho que ela é acolhida pela Secretaria, inclusive ela é muito bem vinda porque dá também para o Estado um período de avaliação, se não estiver bom a gente muda, a gente volta ao que era antes, porque é pactuação a gente muda a qualquer momento, e esse acompanhamento vai ser feito pelo Conselho, vai ser feito pela Secretaria, é um compromisso nosso nesse sentido da Subsecretaria de Gestão, com isso a gente estrategicamente e vamos fazer o documento para o deputado, a gente consegue manter pelo menos dentro do que eles estão propondo Jorge a manutenção do recurso se o recurso vier, se o recurso não vier a gente muda, a gente briga, o que não dá é entrar numa briga agora e por essa briga a gente acabar ficando sem alguma coisa por mais que eles estejam errados e isso gerar um impacto para o cidadão agora. Por que essa discussão judicial vai demorar quanto tempo? Nós vamos entrar com uma ação e vai discutir. E quanto tempo vai ficar isso? Enquanto isso o senhor José lá de Dom Bosco vai ficar enfim, para o gestor é uma situação complicada a gente fica entre a razão e a razão estratégica e nesse caso a gente está propondo aqui uma razão estratégica, por isso novamente fazendo as palavras do Jorge peço a vocês se possível acolherem essa possiblidade colocando essas condicionantes e sabendo que a gente vai correr atrás para ver se funciona, não funcionou eu volto aqui e a gente muda de novo, muito obrigado. **Com a palavra Guido Pereira (Região Sanitária 10):** Eu quero fazer o seguinte encaminhamento, a nossa decisão aqui provisória porque eu considero isso provisório tem que ser registrado no jornal da cidade que é O Tribuna de Minas, registrado lá no jornal de Belo Horizonte do Estado de Minas Gerais, e chamando a atenção desse governador porque ele não manda em Juiz de Fora, quem manda aqui é o Prefeito, ele não manda aqui, se a gente conceder uma burrada aqui o Prefeito vai falar assim “Vocês me comunicaram?”, então mesmo que a gente decida desse jeito eu faço questão que a Beth sente com o Prefeito e fale assim “Nós decidimos assim desse jeito”, porque ele também tem que dar a opinião dele, ele não pode ficar fora desse negócio, isso aqui virou um palco político e o que a gente fizer de errado aqui nós vamos sofrer isso lá fora. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Na verdade isso aqui é a nossa arma, se eles não cumprirem o que eles estão fazendo a gente fazer aí sim nós podemos fazer barulho, porque nós temos isso aqui que está escrito por eles, não fomos nós que escrevemos, então são eles que têm que cumprir com a gente e aí agora nós vamos colocar eles a prova, eles colocaram a gente e nós vamos colocar eles, eu vou passar para o Jorge. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** William eu acho que a gente pode provocar os nossos deputados com um documento da decisão do Conselho, e pedindo a eles porque a Assembleia tem uma Comissão de Saúde que tem por obrigação acompanhar as Políticas de Saúde do Estado, então a gente fazer um documento que o Conselho Municipal de Saúde revendo a sua posição juntamente com a Secretaria, mas que solicita aos senhores deputados o monitoramento permanente quanto à proposta que o Estado apresenta na Descentralização da Política de Assistência Farmacêutica, e depois a gente constrói um texto. E aí Regina a gente precisa revogar a resolução 470 porque ela só tem um artigo, ela tem dois, mas o 1º artigo diz “Não aderir a Estratégia de Regionalização da Assistência Farmacêutica (ERAF), norma de financiamento Componente Básico do Bloco de Assistência Farmacêutica (CBAF), no âmbito do SUS totalmente centralizado no município permanecendo sobre a gestão parcialmente”, então a gente precisa revogar a 470 no seu artigo 1º mantendo o 2º e o 3º, revogar a 470 primeiro então. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Quem concordar com esse item da resolução que é revogar a 470, favor levantar o crachá. Contrários, abstenções: aprovada. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** O que eu estou explicando para o Mariano é que a gente revoga a 470 na sua totalidade, não descaracteriza os considerandos, acrescentamos uma nova resolução essas considerações que foram feitas essa discussão, posterior nós criamos o artigo 1º dizendo que o município resolve aderir à estratégia totalmente centralizada no município, artigo 2º que haverá o monitoramento mensal durante seis meses pelo Conselho Municipal de Saúde conjuntamente com a Secretaria para então rediscutir se continuaremos no modelo ou não, 3º encaminhar aos deputados um documento desse plenário dizendo da nossa decisão e que caberá a eles o monitoramento perante o Estado de Minas Gerais e ao Lúcio também do COSEMS. Guido aí é o seguinte, nós estamos passando o pires, eu quero até fazer uma defesa porque eu sei que a Beth não tem recurso. O que nós estamos propondo Beth? A Prefeitura tem uma página que é o Diário Oficial do Município, que haja uma matéria da Beth conforme você colocou da Secretária junto com o Prefeito

dizendo que o Município de Juiz de Fora faz a ad almente centralizado, porém o Conselho Municipal de Saúde será o vigilante e o monitor do processo c anhamento. Pode ser assim Beth? E a gente coloca. **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de S** u queria fazer uma pergunta ao Guido e ao William. Amanhã eu posso pedir a nossa Assessoria de ção da Saúde para fazer uma entrevista com vocês sobre esse assunto para estar no release? Porq ter uma fala de dois conselheiros, obrigada. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** vou colocar em votação a nossa adesão, quem concordar favor levantar o crachá. Contrários, abs aprovado por unânimidade. Agora nós vamos discutir um contrato da Associação dos Cegos, não é cois da é rápido, conforme a lei que constitui os conselhos está lá falando que os contratos tem que passa ovação do Conselho, no Conselho a gente sempre clamou por isso porque não passava pelo Conse vezes a gente ficava sabendo muito depois e que a coisa já estava acontecendo e muitas vezes até te não muito agradável, e agora a Prefeitura veio e trouxe e a partir de agora todos os contratos pa aprovação do Conselho, então nós sentamos alí e conversamos com o Sydney sobre o contrato da io dos Cegos, que é um novo contrato e que ele vai passar o que a Associação dos Cegos presta para nós, ele já colocou alí dentro, e aí depois a gente vai fazer algumas considerações em cima disso. **Com a palavra Vitor Monteiro (Subsecretário de Regulação):** Boa noite a todos. Nós temos essa demanda e o Sydney esteve aqui, mas parece que foi só com a Mesa que você conversou segunda-feira passada sobre uma nova contratação que está sendo feita com a Associação dos Cegos, a Associação dos Cegos se os conselheiros não sabem nos presta serviços na área de oftalmologia e um dos grandes vamos dizer assim carro chefe lá da Associação é a questão do glaucoma, nós sabemos e o Guido já até de começo falou de problemas, o Jorge inclusive estava bravo no começo da reunião, e é por isso que a gente também gostaria de contar com o Conselho para que a gente possa atuar em qualquer questão, e não só na Associação dos Cegos mais qualquer outro contrato que a Prefeitura tenha em qualquer irregularidade ou não conformidade com aquilo que está estabelecido pelos princípios do SUS. O Sydney vai falar mais a questão da prestação de serviço deles, eu falei com o Jorge alí salve engano a Associação é uma entidade que tem 67 anos, uma entidade filantrópica, eles tem lá hoje 33 deficientes morando lá e alguns deles com mais de uma deficiência, ou seja, não é só deficiente visual às vezes também outra deficiência, eu estive lá e eles estão num processo de intervenção já acerca de um ano e meio quase dois anos, eu creio num trabalho sério que eles estejam fazendo lá agora pelo menos por conta dos interventores que tem que prestar conta ao Promotor de tempos em tempos, eu acho que é de dois em dois meses eles tem reunião com o Promotor para avaliar toda situação, o Heitor que foi o primeiro interventor nomeado pelo Promotor lá ele é Perito Judicial e ele entende de finanças, eles têm uma dívida grande com banco, tem dificuldades trabalhistas, e o Heitor está tentando equacionar tudo isso, eu estive lá e a Beth esteve lá com a gente também, eu já estive lá três vezes e ele fez uma reforma onde é moradia dos deficientes, os banheiros estavam lá em condições totalmente insalubres, eu não sei quem conhece aqui mais quem conheceu a situação um pouco antes acerca de um ano e pouco atrás e com essa situação hoje, ele reformou todos os dormitórios, armário novo, mobiliário todo novo, pintura, então eu creio realmente num trabalho sério, o centro cirúrgico foi todo refeito com uma emenda parlamentar é de primeiro mundo, o centro cirúrgico ele está lá subutilizado e a nossa expectativa é que a gente consiga com essa vamos dizer assim essa ajuda desses interventores lá reerguer a Associação dos Cegos, mas lógico tudo dentro da contratualização, eu vou passar para Beth e depois é o Sydney. **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúde):** Eu acho que vocês tem a insegurança do momento que eles passaram, lógico que quando nós vamos contratar a gente também fica com essa preocupação, então nós chamamos a Associação dos Cegos para conversar e nós falamos o seguinte um contrato tem que ser seguido a risca, não sendo seguido a risca eles serão penalizados e nós vamos trocar de prestador, eles já são avisados disso. Por quê? Eu não posso deixar desassistido o usuário, agora nós também não podemos levar em consideração os 65 anos que a Associação dos Cegos foi para Juiz de Fora e hoje inclusive eles estão querendo se reerguer, esse Promotor não é o Promotor da saúde, é o Promotor de Fundações que eles estão sobre a tutela do Promotor que nos pede também para ajudá-los a reerguer, então nós estamos assim se eles prestarem um bom serviço eu acho que a gente deve aceitar o contrato deles uma vez que façam, eu estou falando o que a gente viveu e eles fizeram uma proposta os médicos, e fora o seguinte eles estão fazendo uma grande campanha com a sociedade juiz-forana para ajudá-los a reerguer mais ainda, e se eles não tiverem contrato nenhum é o fim da Associação dos Cegos. **Com a palavra Vitor Monteiro (Subsecretário de Regulação):** Só para esclarecer que foi feita uma chamada pública e eles foram os únicos que participaram dessa chamada e foram analisadas todas as documentações, eu vou passar para o Sydney para ele explicar um pouco mais dos serviços prestados lá. **Com a palavra Sydney Castro (Chefe do Departamento da Subsecretaria de Regulação/DADT):** É só para complementar porque eu acho que já foram contempladas as principais falas com relação à Associação dos Cegos pela Secretária e o Vitor, não é questão dos problemas que a gente sabe que eles têm, a gente tem conhecimento desses problemas e essas reclamações, a gente tem a dizer que paralelo a isso (inaudível) esses problemas que a gente tenta combater na medida do possível que o usuário formaliza para nós, porque é uma grande dificuldade ele formalizar, a gente houve dizer, ele fala e não assume, que a gente tem como coibir mais nós conhecemos os problemas. Eu quero dizer que alguns procedimentos a Associação dos Cegos junto com outros prestadores é a grande referência no município, cuja se a gente não tiver um contrato nós teremos um problema de desassistência com ênfase ao glaucoma e algumas urgências de evisceração, acidentes no olho que só ela faz no centro cirúrgico e outros procedimentos, então a gente tem sim que ter um olhar especial para os problemas, coibir os problemas que cheguem a nós de maneira oficializada, nós estamos lá, a Ouvidoria está aí, nós recebemos pacientes também, como a Secretária falou recentemente foram chamados e foi mostrado para eles a fiscalização que será intensificada, mas é bem recentemente o que ela complementou e nós estamos fazendo, e já verificamos uma melhora muito grande daquelas reclamações que nós estamos acostumados para realidade de hoje, eles passaram por um processo de intervenção e estão passando ainda, e muitas coisas já foram

alteradas, então a gente teve uma chamada p n abril como foi falado e foram os únicos que se apresentaram e já foram totalmente analisadas a entações, e estamos submetendo ao Conselho para aprovação de maneira que a gente possa perma n a prestação do serviço evitando a desassistência e com o compromisso de intensificar as fiscalizaç o a gente está submetendo a vocês o resultado da chamada que nós já temos antes de assinar o discutir isso com vocês e deixar bem claro que não estamos avesso aos problemas e as reclamações são só lá como em outros prestadores também, então é isso o aconteceu e a gente submete a vocês. **lavra Guido Pereira (Região Sanitária 10):** Eu não ouvi ninguém falar o que eu quero ouvir, a Associ Cegos ela não pode pegar um serviço e repassar ele para segundo ou terceiro, isso vai onerar a Secret cipal de Saúde e ela fez isso, chegou um cliente para ela atender e ela não tinha capacidade de atende para o segundo, o segundo passou para o terceiro e com isso o custo vai subindo, o negociador tem q er de contabilidade para fazer esse cálculo porque se eu passo um negócio para o cidadão, o cidadão a outro e passa para o outro. Aí quanto que ele vai cobrar de nós? Vai cobrar três vezes aquilo, é igu a você dá para o cidadão fazer e ele não sabe fazer, contrata outro, contrata outro, quando você vê a obra fica altíssima, então é isso que a gente não pode errar, vocês não podem ser bonzinhos para ninguém, vocês tem que governar encima da lei e na forma da lei, é isso que tem que fazer, agora pegar um serviço e repassar para outro, eu não posso falar o nome, eu não posso falar com quem, mas eles fizeram uma operação dentro da vista e deixou uma fagulha de ferro lá e o cidadão ficou reclamando, aí ele foi no patrão dele que é engenheiro e ele fala assim “Isso é um desaforo, eu paguei isso e o cidadão fez isso com você”, chegou lá e falou assim “Você concerta isso ou nós vamos ter problemas muito sérios”, aí ele concertou reabriu a vista dele e tirou a fagulha que estava lá dentro. Então eu não acredito na Associação dos Cegos, eles foram muito bons antes do aumento da civilização e da tecnologia, mas eles não acompanharam a tecnologia, portanto nós não podemos ser bonzinhos, eles não têm tecnologia e vai passar o serviço para frente e quem vai sofrer com isso é a Secretaria Municipal de Saúde, é o município que vai ter que arcar com o dinheiro, então não pode ser bonzinho e tem que falar “Isso aqui dá para você fazer? Dá. Então você faz”, “Não dá para fazer” então ele não vai ser intermediário nosso, nós é que vamos chegar e falar assim “Dá para o outro fazer que nós vamos ajustar os negócios”, é isso o que tem que fazer e eu estou vendo muita bondade nisso aí. **Com a palavra William de Menezes (Região Sanitária 5):** Eu gostaria que você me esclarecesse. Vai ser marcação, por exemplo, via CMC? E todo o procedimento de regulação dele. Você esclarece para nós? E outra coisa eu gosto de dar um testemunho pessoal, a Associação dos Cegos há alguns anos atrás nós tivemos muitos problemas, inclusive dentro da minha família toda operação de catarata dentro da demanda reprimida todas eu fui lá e foram pagas por mim, meu sogro, minha sogra e familiares, isso tem de dois a três anos, não tem como provar porque vocês sabem que é corrupção, então nós temos que ter muito cuidado com o que nós estamos fazendo, se não tiver essa transparência pode prejudicar a imagem do Conselho. **Com a palavra Sônia Regina (Região Sanitária 3):** Do jeito que você falou Sydney parece que é só a Associação dos Cegos, nós temos a ACISPES também, então eu alí falei “E a ACISPES?”, eu não sei se a ACISPES poderia porque nós temos com a ACISPES um convênio, eu não sei se ela poderia como se diz tomar conta de tudo sem a Associação dos Cegos, a ACISPES também eu sei que tem excelentes aparelhos, o atendimento, excelentes médicos, então na hora eu assustei. **Com a palavra Maria Madalena (AAPEM):** Eu posso falar como testemunha e como contribuinte que sou lá da Associação dos Cegos, ouço muitas críticas negativas mais críticas também positivas, e muitas das pessoas que criticavam e hoje tem duas senhoras e um senhor que hoje estão dependendo da Associação dos Cegos, então nós temos que tomar muito cuidado ao criticar e temos que ter também exemplos negativos e positivos, então por isso que sempre eu procuro fazer aquilo com bastante, como eu sou conselheira eu procuro sempre ser uma boa conselheira para poder falar as coisas do nosso entendimento que a gente pode falar, eu não posso falar pelo Jorge, pela Drª Elizabeth, por você Sydney, mas eu sou testemunha e contribuo com muito carinho, muita dificuldade, agora tinha outras associações que eu ajudava mais eu vi que era coisa errada e parei, então vamos ajudar e fazer tudo para melhorar lá porque a nossa visão é tudo na nossa vida, muito obrigada. **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúde):** Guido toda nossa chamada pública é tabela SUS, isso significa que é uma tabela com preços de 2008, se ele conseguir terceirizar esse serviço eu vou pedir para eles me ensinarem como ganha esse dinheiro porque não dá, e aí eles não conseguem fazer isso, eles têm um grupo de médicos que não são deles e que prestam serviços lá, eles são os médicos que eles não são funcionários eles prestam serviço lá, isso que pode ser terceirização mais não é, colocamos uma chamada pública que poderia qualquer prestador se habilitar inclusive a ACISPES e o único que compareceu foi a Associação dos Cegos para aquele rol de procedimentos de acordo com a tecnologia, coisas que elas não têm equipamento eu não posso contratar porque ele não pode contratar porque ele não pode prestar. Como que ele vai fazer um contrato de coisas que ele não tem capacidade para prestar? Então é feita uma chamada pública para procedimentos, então ele se habilitou nesses procedimentos que eles podem fazer, a ACISPES também faz outros procedimentos de oftalmologia, e tem um procedimento que só a Associação dos Cegos faz que a gente estava com problema e estava judicializando muito. William o que aconteceu? A intervenção se deu e eu fui chamada lá e o interventor me contou o que vinha acontecendo e uma das questões da intervenção foi essa, esse pessoal está afastado e com processo civil público judicial mesmo contra eles porque isso é proibido, e outras coisas também e não é só isso tem mais coisas por isso que tem o interventor, o interventor sobre a ordem do Promotor para colocar aquilo lá em dia, se houver isso esses interventores não estão igual ao outro lá, eles estão presos direto, então ou a Associação dos Cegos cumpre todas as regas ou além de perder o nosso contrato porque nós estamos fiscalizando o Promotor está de olho nesse contrato também, por isso que eu estou falando Sônia foi feita uma chamada pública então outros prestadores não se interessaram e só ela veio, porque para nós independente a gente quer e precisa do serviço e nós contratamos o serviço, não é a Associação dos Cegos, então a gente contrata na Associação dos Cegos o serviço e para mim podia ser Associação dos Cegos, a ACISPES, clínica A, B ou C, não independe porque eu preciso de alguém

que preste o serviço para o SUS e se eles não e prestando o serviço para o SUS a gente corta eles e faz nova chamada pública, algumas coisas a AC s fornece e outras coisas que a ACISPES não vem fornecendo quem ofereceu foi a Associação dos se não contratarmos esse rol hoje fica desassistido porque foi o único prestador que compareceu a pública e habilitou, então eu queria esclarecer essas questões. **Com a palavra Sydney Castro (Chef artamento da Subsecretaria de Regulação/DADT):** William só para complementar porque todas as já foram contempladas e explicadas, a questão do acesso a Associação dos Cegos ou qualquer pres nós contratamos é regulado via central de marcação de consultas, encaminhamento encaminhado pela primária e os procedimentos agendados a maioria no Pam Marechal, então tudo isso é regulado e con r nós e os outros prestadores permanecem, a gente faz as chamadas públicas e as contratações d com a capacidade instalada de cada prestador, a ACISPES tem os tipos de procedimentos dela, a A deles, alguns parecidos, alguns iguais, e outros que não são suficientes, a Associação dos Cegos te apacidade instalada, aliás, a ACISPES surgiu disso cresceu na parte de oftalmologia em Juiz de I isso por conta de um decréscimo assistencial da Associação dos Cegos e a necessidade, na época a gente tinha alto índice de judicialização em oftalmologia e a gente abriu uma grande chamada pública onde a Associação dos Cegos, a ACISPES, cada uma com sua capacidade, a ACISPES bem maior e a Associação menor e foi decrescendo, então por isso a ACISPES hoje complementa também, nós temos hoje oftalmologia na ACISPES, no HU e na Associação dos Cegos, e para caso de transplante a Santa Casa, então nós continuamos uma coisa e não anula a outra. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** O que a Beth falou com relação à visita eu e a Fátima também fomos até a Associação dos Cegos fazer uma visita mesmo logo quando começou a intervenção, e que foram relatadas para nós várias coisas na época, só que a pessoa que estava na frente lá quando nós chegamos parece uma pessoa bem responsável e estava com muita vontade de fazer mudança lá dentro. Agora também tem uma situação é uma compra de serviço, se eles cumprirem aquilo que a gente está comprando eles recebem, se eles não cumprirem eles não vão receber, então é assim que a gente tem que pensar e enquanto conselheiro nos cabe também fiscalizar esse tipo de coisa e quando a gente receber essas denúncias que são muito sérias, e também o contrato prevê alí sansões e aí para isso as pessoas não podem ter medo elas precisam realmente fazer a denúncia, porque normalmente a pessoa tem medo de fazer a denúncia e ela pode denunciar porque caso contrário não tem como nem a Secretaria romper o contrato, eu vou passar para o Jorge porque tem algumas coisas aqui que ele quer colocar. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Foi uma leitura muito rápida daquele momento que você imprimiu, nós precisamos colocar porque senhores o Conselho, e aí Beth eu quero fazer um resgate aqui que não é da sua época mais era da época da Maria Aparecida Soares como Secretária de Saúde de Saneamento e Desenvolvimento Ambiental, esse Conselho já tem uma deliberação de uma resolução que dispõe sobre a aprovação de quaisquer contratos e convênios pela então Secretaria de Saúde de Saneamento e Desenvolvimento Ambiental e demais órgãos da Prefeitura, resolve, fica a Secretaria de Saúde de Saneamento e Desenvolvimento Ambiental demais obras da administração direta e indireta obrigados a encaminharem para deliberação pelo Conselho Municipal de Saúde no prazo de 30 dias antecedentes a reunião do Conselho toda e qualquer contrato, convênios a serem firmados com prestação de serviço de qualquer natureza no âmbito da Secretaria de Saúde de Saneamento e Desenvolvimento Ambiental em qualquer modalidade de contratação, o descumprimento dessa resolução implicará por parte do CMS na aplicação de sansões previstas em lei e foi sancionada, então é resgatar, então dizer também ao nosso amigo Dr. Edgar que o Conselho em 2006 já se preocupava com essa questão, não é porque a PGM nos provocou, mas realmente participar da chamada pública no processo de validar documentação, identificação de sócio, isso aí a gente participa, agora o contrato o Conselho vai ter que decidir pela contratação e a partir daqui não será somente o contrato da Associação dos Cegos. E que tipo de contrato nós vamos discutir, os contratos assistenciais? Porque a lei não diz que é contrato assistencial ou se é administrativo, ela diz que os contratos precisam ser, por isso é que essa é a nossa grande preocupação com relação, a Associação dos Cegos está sendo um piloto, eu estou preocupado com isso porque a nossa demanda não é a demanda dos contratos, vocês tem contratos lá que são firmados administrativos, é de chaveiro, é do carimbo, é do aluguel, do fornecedor, que são contratos administrativos, e aí nós vamos trabalhar em cima dos contratos assistenciais e pegar o contrato da Santa Casa, pegar o contrato do João Felício, pegar o contrato do João Penido, é isso que a gente precisa Regina e Beth sentar e traçar com a PGM porque o pouco que eu conheço do Edgar ele não vai fazer exceção da lei, se a lei diz que todos os contratos tem que ter a aprovação do Conselho ele não vai deixar os contratos administrativos de fora, e cada conjunto de contrato tem um gestor na Secretaria de Saúde, gestor e fiscalizador, então essa regulamentação desse processo de como a gente vai fazer isso a gente precisa sentar e discutir, e até ser objeto de uma resolução porque se realmente a PGM a partir de agora passou a exigir que todos os contratos, então é preciso colocar Sydney aqui no contrato citar a nossa lei 8.076 que cria o Conselho Municipal de Saúde que ela não faz parte da qualificação aqui, e também a lei complementar 141 de 2002 que traz aos conselhos várias obrigações. Outra coisa Vitor eu nunca gostei dessa palavra imediatamente, você sabe muito bem quando a Santa Casa apresentou propostas. O que é imediatamente para você liberar um leito? Quando você chega lá “Eu tenho 24 horas porque eu tenho que higienizar o leito”, aí você começa essa palavra imediatamente Beth ela deixa um vazio, o que é imediato para mim pode não ser para você, então ela não á uma coisa consistente, eu gostaria que esse imediatamente fosse mudado por um tempo real, porque a Associação dos Cegos ela faz procedimentos cirúrgicos, então ela não tem ocupação de leito, ela não tem uma internação, se tiver uma internação é dia o procedimento lá, então eu acho que precisamos fixar um tempo para que eles informassem, contrato imediatamente é vago. Média e alta complexidade para clarear é pago pelos procedimentos que eles realizarem, eu gostaria que no artigo 8º e eu até tinha falado no 4º mais fui ler um pouco mais, no 8º que dá suspenção do serviço, porque nós fizemos uma mudança na nossa resolução que faz habilitação do registro aqui no Conselho e nela consta que eles têm que informar ao Conselho a suspenção do serviço em 24 horas, então

eu gostaria que isso também fosse colocado. E aí ra te tranquilizar no 8.1 já dessa proposta de contrato o Conselho é corresponsável na fiscalização. Co se dar? Isso a gente precisa também harmonizar, e da rescisão que está no 18.1 a Secretária de Sa stor, o Conselho, nós podemos a qualquer momento dado o descumprimento de contrato fazer a res ão o contrato ele tem algumas seguranças. **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúd** emos uma Comissão de Avaliação dos Contratos Assistenciais Jorge que quadrimestralmente av dução de cada prestador, de como que ele está produzindo, de como que é esse nível de contrat cumprindo, se não está cumprindo, então tudo tem que passar por essa Comissão e o Conselho tem eu acho o seguinte o nosso ritmo é um ritmo diferente e me preocupa, e acontece o seguinte quando nó chamada pública assistencial nós fazemos em bloco então quando faz em bloco são vários contratos tempo, vai vir aí uma nova. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Mas o que o Jorge i é que ele e a Samantha fazem parte da chamada pública. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretá tivo):** São momentos distintos o que antecede e o posterior, você formalizar e criar e dar sugestão é na chamada pública e no contrato, agora nós temos que validar o contrato aprovar no Conselho, então aí a gente tem que estabelecer agora outro rito porque nós somos representativos nesse momento, agora com essa exigência nós não podemos mais fazer nada. Pode opinar? Pode opinar no procedimento da chamada, mas na aprovação do contrato aí agora tem que vir aqui, essa é a minha preocupação. **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúde):** Jorge eu vou só te falar uma coisa, quando você faz uma chamada pública você coloca um termo de referência e uma minuta do contrato, então você já está falando para o prestador às condições que eu vou contratar. Então como que eu vou validar isso depois que eu já chamei e falando que ele vai? Eu tenho que passar antes. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Veja bem, a chamada pública é um rito que a administração tem que fazer para construir um banco de prestadores, aí o Sydney tem razão. Qual será o prestador? Veja bem, o Conselho tem que ter responsabilidade se está chamando para si vamos assumir, tem que discutir a chamada pública, se ela coloca o termo de referência como sendo à base de um "pré-contrato" e aí o Conselho vai discutir especificamente, não tem mais sentido inclusive eu e a Samantha estarmos na chamada pública porque vem aqui. Aí o que nós temos que fazer? A chamada pública quando ela for pensada, quando ela for elaborada com seu termo de referência, a dotação orçamentária, ela tem que vir ao Conselho e aí você faz em primeira discussão aprovação da proposta de chamada pública para a segunda discussão o contrato propriamente dito, por isso que eu estou tentando dizer isso. **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúde):** Qualquer contrato agora vai demorar no mínimo 180 dias, mas isso dá errado pelo seguinte o nosso tempo é outro, eu não posso ficar e acabar um contrato ou alguém romper comigo, eu não tenho como fazer. E os contratos emergenciais como que a gente faz? **Com a palavra Vitor Monteiro (Subsecretário de Regulação):** Eu acho que a gente tem que marcar Jorge junto a PGM para a gente entender porque tem contrato de aluguel, tem contrato com o chaveiro como você falou, tem contrato de carimbo, tem emergencial, as UPAS é uma trabalheira e você sabe o volume de documento que é, você pensa bem passar toda aquela documentação da UPA aqui duas vezes, a UPA é outubro agora e já ficou apertado. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Vou deixar gravado para não haver questionamento, a partir do momento que há uma exigência da PGM pelo cumprimento do que está contido na 8.076 nós temos que sentar para regular como é que vai se dar isso, porque se você precisa comprar a sonda da ultrassom lá do HPS e que teve que ter dispensa. Como é que faz? Você tem que fazer um contrato, qualquer compra que você faz você tem que ter um contrato de prestação. Qual vai ser a dinâmica do Conselho? Essa vai ser a minha preocupação. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Eu vou fazer uma colocação aqui e que todos vocês conselheiros sabem que eu sou contra ao ar de referendo e sempre fui, então quando chega alguém e fala "Vamos fazer um ar de referendo?" e eu digo não, eu não faço porque para mim quem delibera é o plenário, mas essa discussão talvez com o referendo de vocês a gente enquanto Mesa possa fazer e depois trazer para o plenário. **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúde):** Eu gostaria de fazer uma questão aqui, para mim é ótima essa resolução porque eu estou dividindo o meu papel de gestora com vocês inclusive a minha responsabilidade, para mim é ótimo, agora faço uma pergunta para vocês na discussão que eu fiz aqui e aí é esse tipo de resolução. Nós vamos ficar nesse nível de detalhe ou vamos construir um processo de mudança? Porque o dia que eu colocar vários processos aqui Jorge vocês vão fazer só isso, eu estou falando da resolução real, não estou questionando a resolução, eu estou questionando o seguinte que no passado criou-se uma responsabilidade que para o gestor é ótimo, eu vou falar que é ótimo, mas que vai ocupar vocês num nível de detalhes que não vai deter tempo de provocar na questão de mudança, é isso Jorge o que eu estou provocando. Eu sei que eu estou colocando a PGM porque eu acho que a gente tem que trazer a PGM para esse tipo de discussão aqui, é isso o que eu estou falando com ele que eu acho que ele está colocando vocês que para mim eu estou achando ótimo e para ele também, nós estamos dividindo responsabilidades, acompanhar já existe, já tem, é o Jorge ou a Samantha e eles se reúnem semanalmente para avaliar os contratos, eu estou falando mais aí do jeito que está vindo essa resolução e do fluxo que eu estou vendo, eu vou brincar com vocês aqui uma coisa que eles brincam comigo na Secretaria que os processos são azuis aí eles chamam lá de Smurfs, e eu falo com eles o seguinte que Smurf não some porque os outros correm e se esconde, eu chego lá e tem uma pilha para eu assinar e assino tudo, no outro dia tem outra, eu vou ter que começar a tramitar algumas coisas aqui também. **Com a palavra Vitor Monteiro (Subsecretário de Regulação):** Só para completar Secretária e plenária ainda na resolução, Jorge nós temos que rever isso porque 30 dias está dizendo aí e 30 dias não tem condição e você sabe disso, aí eu mando para cá 30 dias antes, você imagina eu mando aí 250 contratos são 20 contratos por mês, eu mandar 20 contratos por mês para cá, nós temos que construir junto com a PGM isso aí. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** A minha fala eu acho que eu não me fiz entender, eu tenho um problema eu devia ser mais esquecido porque se eu fosse mais esquecido eu não me lembraria das coisas aí passava batido, eu fui lá em 2006 e o Prefeito era o Alberto Bejane, nós tínhamos uma administração que nos deixava um pouco

preocupados, nós fomos aí e aprovamos para fec e Hospital Mozart Geraldo Teixeira e transferir para o HPS no mesmo prédio por economia, otimização o, erramos, e também ninguém fez nada para voltar atrás, então nós aprovamos e nós também aprova esma época a mudança do hospital lá para o HPS 3º andar Hospital Mozart Geraldo Teixeira, o Dr. Age Secretário assim como temos a Elizabeth Jucá uma pessoa que a gente tem um respeito e sabe da su ência e dos seus pares que estão lá com ela, agora o que eu só estou tentando dizer é que eu resgatei lução e que ela é homologada pela Secretária assim como toda resolução que você homologa Beth el or, se não homologar esse plenário tranca a pauta e vai para o Ministério Público, aí você vai bu sões administrativas no direito público, no direito administrativo, na lei de responsabilidade fiscal, n ntão a gente também não pode enumerar. O que eu estou preocupado é com aquilo que a gente está assumir, essa é a minha preocupação, eu não faço a menor questão de estar na Comissão de Chamad abro mão aqui agora, não vou mais participar porque da maneira conforme as coisas estão sendo colo se Conselho está sendo colocado em dúvida o que a gente vem fazendo ao longo desses anos, eu unciando a Comissão de Chamada Pública é uma faculdade minha vou renunciar porque agora mudou o rumo da história, eu não vou mais empenhar nenhum tipo de compromisso, não vou avaliar nada e acredito que a Samantha vai fazer a mesma coisa porque cabe ao plenário, não cabe nem ao ar de referendo porque se você der o ar de referendo eu vou votar contra e vou sobrestar como fizeram agora na leitura do regimento, fizeram o sobrestamento e pediram vistas ao processo, então o que a gente precisa fazer é chamar a PGM aqui e dizer o seguinte "Tem um problema que vocês criaram, vamos resolver", mas a minha renúncia da Comissão está oficiada e amanhã eu vou reduzir a termo. **Com a palavra Thiago Horta (Subsecretário da Atenção Primária a Saúde):** Só quebrando o protocolo porque isso interfere em todas as Subsecretarias, tanto é que eu também pedi a lei para ver quais são as sansões, mas já fui conselheiro de saúde municipal de Belo Horizonte, eu já fui do Conselho Estadual de Saúde, e discuto muito isso que é o papel do Conselho de Saúde, o papel do Conselho de Saúde não é ser controle interno, é ser controle social, então se confunde muito esses conceitos, mesmo porque atribui-se a estrutura administrativa da Prefeitura várias instâncias de controle interno submetidas a outras instâncias de controle externos, então eu acho que o Conselho e aí o Edgar tem que se posicionar foge a sua competência constitutiva, não tem sentido nenhum, essa discussão sinceramente vai ser um processo de eu finjo que avalio e eu finjo que devolvo, que é humanamente impossível porque quem faz isso na Secretaria é uma estrutura administrativa a do Mariano que não vai ter como transferir para o Conselho, pode ter certeza que vai ter que contratar várias pessoas e a despesa aumentando, ou seja, eu acho que é inviável, a aplicação efetiva dela não atende o princípio da eficácia, da eficiência da administração pública, e mais o pior tem que falar com o Edgar o Conselho Municipal de Saúde pela lei 8.142 constitui esse espaço de controle social, não controle interno, o controle interno é outra seara, estão confundindo alhos com bugalhos. **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúde):** Jorge inclusive é o seguinte, a leitura que eu li se tem algum erro quem está descumprindo somos nós porque nós que não estamos enviando para cá, inclusive eu achei que a sansão alí se for isso que você está bravo eu achei que era sansão a Secretaria e não ao Conselho, porque quem tem obrigação de mandar para cá somos nós, inclusive eu acho que essa resolução aí está errada, quem tinha que tomar sansões é a Secretaria e não o Conselho Municipal, está errado porque vocês não podem avaliar uma coisa que eu não mandei. E Jorge eu acho que você deveria continuar porque a sua contribuição é muito boa nesse processo de chamadas públicas, e a gente nunca falou nada disso, faço para você continuar porque essa contribuição é essencial para a gente construir chamadas públicas com o olhar do controle social, porque às vezes nós estamos tão envolvidos no processo que a gente não consegue enxergar, um olhar de fora é essencial. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Beth talvez o que a PGM fez foi uma leitura sem interpretar o que está o conteúdo da norma, me perdoa o avançar da hora, mas no artigo 2º e eu gosto de ler o regimento, eu gosto de ler a lei, no 9º diz o seguinte "É competência do Conselho", 8.076 que cria o Conselho Municipal de Saúde dispõe sobre criação do Conselho, no seu artigo 1º fica instituído o Conselho Municipal de Saúde, artigo 2º no inciso 9º "Definir critérios para revisão, elaboração e celebração de contratos, convênios na compra de serviço de rede privada, pública, filantrópica, tem como fiscalizar o funcionamento desse serviço no município determinando se necessária aplicação da lei nos mesmos, a fim de garantir a realização das diretrizes e bases do Sistema Único de Saúde - SUS, respeitado os critérios estabelecidos no Ministério da Saúde", então eu não sei onde a PGM porque aí começa. Como é que nós vamos discutir o contrato se não tem acesso ao processo? Porque o processo é o todo, o procedimento são os passos que dentro do processo, o procedimento do processo nós não sabemos, então está aqui definir critérios para pedido de instalação de unidades produtoras, definir critério e aprovar projeto de formação de consórcio, então é preciso sentar com a Procuradoria Geral do Município Beth, a resolução ela não pode ferir a lei e o regimento, ela não pode ferir a lei que é o instrumento maior e o regimento por consequente não pode ferir a lei, então o que advém da lei está aqui, o que a gente precisa é conhecer todas as informações de caráter técnico e administrativo, definir critério de qualidade para os bens de serviço e assim está contido na lei, eu não sei onde a PGM. Qual foi o artigo da lei? Qual foi o inciso? Mariano você que é advogado. Onde que ela buscou? Então na minha concepção, no meu entendimento, nós temos é que definir o critério. O que nós queremos e como queremos? E aí sim, nós não estamos fazendo isso, nós já estamos com o processo pronto e acabado, então Beth o que tem que ser construído é o que antecede então o rito da chamada pública tem que ser outro, o tempo da chamada pública tem que ser outro e aí definir critérios, você não define na chamada pública, você tem que ter uma discussão antes, definir critérios para revisão, elaboração e celebração de contratos. **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúde):** Eu penso o seguinte, os critérios eles vão ser critérios gerais, eu não preciso criar critérios específicos, deliberou uma vez sobre os critérios pronto é um padrão, eu crio critérios gerais e a partir dos critérios gerais a gente segue, vocês tem que fiscalizar se nós estamos cumprindo os critérios ou não. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Eu acho que nesse momento o encaminhamento Regina é pela aprovação ou não desse momento da

Associação dos Cegos, o que advir daqui para a mo é que nós vamos construir? Isso é o que a gente tem que pensar. **Com a palavra Regina Célia (Pr do CMS):** Eu vou falar uma coisa com vocês, o que a gente vai fazer agora é o seguinte. Eu quero sab s se vocês concordam de aprovarmos esse contrato da Associação dos Cegos? Visando que se a ge provar tem um serviço alí que só a Associação faz e nós vamos ficar sem ele, aí eu vou colocar em vo **m a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Sydney é porque nós vamos entrar em votação e é que fica registrada apesar de eu ter anotado, falta a legislação 8.076, a 141, imediatamente no 1º da 4.1 é muito vago, está que ela não tem procedimento de internação, mas de qualquer ma sposta não pode ser imediata tem que ter um prazo, a suspensão do serviço informar ao Conselho e is e estar contido no artigo 8º, o fiscal está lá ok, da rescisão também só fiz, é só isso que eu g e fazer constar. **Com a palavra Vitor Monteiro (Subsecretário de Regulação):** Eu não posso a e o Jorge está pedindo em primeira mão, nós vamos anotar e vamos levar ao nosso jurídico para que , o Jorge é advogado e também sabe disso. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** V ão estamos mudando o mérito do contrato, e até tem uma coisa aqui que é formal saiu da segunda e foi para terceira, é fazer constar a 8.076 que a todo momento ela chama o Conselho a responsabilidade, a lei complementar 141 que regulamentou a emenda condicional 29 ela trás 19 artigos que fazem citação ao Conselho e um desses artigos está lá, o contrato a palavra imediatamente é isso o que eu estou pedindo para a gente buscar um tempo. Em que tempo ela vai dizer? A média e alta complexidade você já falou que é procedimento realizado, e informar ao Conselho em 24 horas conforme a gente tem a resolução quando eles vem fazer o cadastro, é só isso, e eu só esclareci ao Guido a questão da fiscalização que já está aqui contido no 8.1 que o Conselho é fiscalizador conjuntamente com a Secretaria de Saúde e a rescisão é a qualquer momento, esse contrato ele é um contrato padrão, é só isso. **Com a palavra Guido Pereira (Região Sanitária 10):** Eu quero que conste em ata as considerações do Jorge porque eu me esqueci desse detalhe na hora que eu peguei o microfone, então tem que ser uma fiscalização muito junto, muito perto, porque chega de errar e chega de culpar os dirigentes. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Então eu vou colocar em votação tudo isso que a gente discutiu mais a nossa fiscalização, quem concordar com aprovação do contrato favor levantar o crachá. Contrários, abstenções: aprovado. Amanhã tem reunião do CEAE a pauta de junho. **Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde/Juiz de Fora. Transcrição: Vanessa Souza de Castro.**